



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E
INCLUSÃO SOCIAL

Relatório de Gestão

Exercício de 2011

Sumário

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SNELIS	7
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	7
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	16
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SNELIS	25
A. Programa Segundo Tempo (2.3.1 a 2.4.7)	25
A.1 Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SNELIS	25
A.2 Execução Física das Ações Realizadas	27
A.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	30
A.3.1 Programação Orçamentária da Despesa	30
A.3.2 Programação de Despesas Correntes	30
A.3.3 Programação das Despesas de Capital	31
A.3.4 Execução Orçamentária da Despesa	35
A.3.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	38
A.3.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	38
A.3.7 Indicadores Institucionais	38
B. Programa Esporte e Lazer da Cidade (2.3.1 a 2.4.7)	41
B.1 Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SNELIS	41
B.2 Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ	42
B.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - PELC	49
B.3.1 Programação Orçamentária da Despesa	49
B.3.2 Programação de Despesas Correntes	49
B.3.3 Programação de Despesas de Capital	50
B.3.4 Execução Orçamentária das Despesas	53
B.3.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	57
B.3.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	57
B.3.7 Indicadores Institucionais	57
C. Programa Pintando a Liberdade e Cidadania (2.3.1 a 2.4.7)	59
C.1 Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SNELIS	59
C.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	60
C.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	61

C.3.1	Programação Orçamentária da Despesa.....	61
C.3.2	Programação de Despesas Correntes.....	61
C.3.3	Programação de Despesas de Capital.....	61
C.3.4	Execução Orçamentária da Despesa	63
C.3.5	Indicadores	64
3.	INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	64
4.	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65
4.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65
4.1.1	Programa Segundo Tempo.....	65
4.1.1.1	Análise Crítica	65
4.1.2	Programa Esporte e Lazer da Cidade.....	66
4.1.2.1	Análise Crítica	67
4.1.3	Programa Pintando a Liberdade e Cidadania.....	67
4.1.3.1	Análise Crítica	68
5.	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS.	68
5.1.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	68
5.1.1.	Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ.....	68
5.1.2.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	69
5.1.3.	Quantidade dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....	70
5.1.4.	Qualificação do Quadro de pessoal da UJ segundo idade	70
5.1.5.	Qualificação do quadro de pessoal da UJ por nível de escolaridade	71
5.2	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	71
5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	72
5.4	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UJ.....	73
5.5	Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	74
5.5.1.	Informação Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão..	74
5.5.2.	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	74
5.5.3.	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.	74
5.5.4.	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	74

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	74
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	75
6.1. Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício	75
6.1.1 Programa Segundo Tempo.....	75
6.1.1.1 Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011	75
6.1.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	85
6.1.1.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e seguintes.....	85
6.1.2 Programa Esporte e Lazer da Cidade.....	86
6.1.2.1 Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011	86
6.1.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	87
6.1.2.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e seguintes.....	87
6.1.3 Programa Pintando a Liberdade e Cidadania.....	88
6.1.3.1 Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011	88
6.1.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	88
6.2 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse... .	89
6.2.1 Informações sobre a Análise de Prestação de Contas de Convênio e Contratos de Repasse. .	89
6.3 Análise Crítica.....	90
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI N. 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010	91
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	92
8.1. ...SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	92
8.2.ANÁLISE CRÍTICA	93

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	93
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	95
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	95
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO BENS DE USO ESPECIAL, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	95
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	95
12.1. Gestão da Tecnologia da Informação (Ti).....	96
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	97
14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNELIS	97
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	97
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	104
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	104
15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	105
15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	106
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	109
17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	116
17.1 – Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	116
18. INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO..	117

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social			
Denominação abreviada: SNELIS			
Código SIORG: 116516	Código 51000	LOA:	Código SIAFI: 180073
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(061) 3217-9452	(061) 3217-9451	(061) 3217-9417
Endereço eletrônico: central_segundotempo@esporte.gov.br			
Página da Internet: www.esporte.gov.br/snelis			
Endereço Postal: SEPN Quadra. 511 Edifício Bittar, 2º Andar - CEP: 70.758-900 Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 7.629 de 21 de julho de 2011 (publicada no DOU de 22 de julho de 2011) que altera a Estrutura Regimental da antiga SNEED para SNELIS, incorporando outros programas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 144/2008, de 9 de julho de 2008. Portaria nº 131, de 29 de setembro de 2009. Portaria nº 170, de 1º de dezembro de 2009. Portaria nº 218, de 26 de novembro de 2009. Portaria nº 219, de 26 de novembro de 2009. Portaria nº 220, de 26 de novembro de 2009. Portaria nº 222, de 7 de dezembro de 2009. Portaria nº 223, de 7 de dezembro de 2009. Aviso chamada pública nº 1/2009/ME/SNDEL/REDECEDES/PELC.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Livro: 1-Ensinando e Aprendendo Esporte no Programa Segundo Tempo 2 - Fundamentos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à ação Amauri Bássoli e Gianna Lepre Perim 3 - Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco Ana Rita Lorenzini - Organizadora 4 - Estudos Brasileiros sobre o Esporte - Ênfase no esporte-educacional Manoel José Gomes Tubino 5 - Projeto Aeróbica Esportiva no PST (Cartilha) 6 - Livro Recreio nas Férias e os Valores Olímpicos Amauri Bassoli e Giuliano Pimentel 7- Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte (Sousa et al., 2010)			
Diretrizes 1 - Programa Segundo Tempo Padrão - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2 - Programa Segundo Tempo Universitário - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 3 - Programa Segundo Tempo Deficientes - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 4 - Programa Segundo Tempo Navegar - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias			
Links http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/comoParticipar.jsp			

http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/orientacoesSiconv.pdf http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/manualIdentidadeVisual.jsp http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/projetoSocial/orientacoes.jsp http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cienciaTecnologia/sobre.jsp	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
180002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - DGI
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
180002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - DGI
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
180002	00001

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SNELIS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para a efetivação de uma política pública voltada para a diminuição da desigualdade social por meio da inclusão social, especialmente em áreas de vulnerabilidade, por intermédio do esporte, e considerando a necessidade de ampliar substancialmente o acesso aos programas esportivos e paraesportivos promovendo a intersetorialidade com os demais programas do governo, o Ministério do Esporte, como proponente, formulador e articulador das políticas públicas de inclusão social por meio do esporte, tem a responsabilidade de desenvolver e executar programas que respondam às demandas sociais necessitadas e reivindicadas pela sociedade.

Para a consecução dessa responsabilidade, alinhada à Política Nacional do Esporte, o Ministério do Esporte possui em sua estrutura diversas Secretarias finalísticas, entre elas a Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, cuja estrutura abrange o Departamento de Gestão de Programas e o Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

A criação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, se deu no processo de reestruturação do Ministério do Esporte, aprovada pelo Decreto nº. 7.529, de 21 de julho de 2011, tendo em vista a necessidade de criar uma estrutura específica para organizar a Copa do Mundo de Futebol 2014 e assumir os programas e projetos relativos ao estatuto do torcedor, e ainda dotar de melhores condições o setor responsável pela Lei de Incentivo ao Esporte, cuja estrutura não comportava a crescente demanda. Considerando que não haveria possibilidade de expansão do quadro de servidores, a Secretaria-Executiva desenvolveu uma proposta de fusão entre duas Secretarias finalísticas, e ainda a incorporação das ações voltadas à inclusão social pelo Esporte que integravam a Secretaria-Executiva para compor uma nova estrutura.

Assim, houve a fusão entre a Secretaria Nacional de Esporte Educacional - SNEED e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL, além de outras adequações nas demais estruturas existentes no Ministério, de forma que parte dos servidores e cargos pudessem compor a estrutura da nova secretaria, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa

dos Direitos do Torcedor – SNFDT, e do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte, ligado à Secretaria-Executiva.

A idéia central da fusão das duas secretarias foi fortalecer e ampliar o acesso aos programas sociais desenvolvidos pelo Ministério do Esporte de forma integrada e articulada. Sendo assim, os Programas Vivência e Iniciação Esportiva – Segundo Tempo, e Esporte e Lazer da Cidade, e as ações orçamentárias do Pintando a Liberdade/Cidadania passaram a integrar a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

I. Competência Institucional

Com base no Decreto nº. 7.529, de 21 de julho de 2011 e suas alterações, à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social SNELIS compete:

- I. fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- II. coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
- III. implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
- IV. planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo:
 - a) o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e inclusão social;
 - b) a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e
 - c) a execução das ações de promoção de eventos;
- V. zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativo à sua área de atuação;
- VI. prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer;
- VII. manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;
- VIII. articular-se com os demais segmentos da Administração Pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
- IX. planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e
- X. articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.

Vinculados à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social estão os Departamentos de Gestão de Programas e de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, cujas competências se delinham a seguir:

a) Departamento de Gestão de Programas:

- I. planejar, desenvolver e acompanhar o processo de seleção de propostas e de formalização de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação objetivando a execução dos programas, projetos e ações governamentais;

- II. articular ações necessárias para estruturar a implementação dos programas, programas, projetos e ações governamentais;
- III. coordenar e monitorar, em sua área de atuação, a execução dos convênios com vistas a subsidiar a análise técnica da prestação de contas;
- IV. programar a aquisição e a distribuição de materiais e uniformes necessários para os programas, políticas, projetos e ações esportivas, em articulação com o Departamento de Gestão Interna;
- V. acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas, projeto e ações, para subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Secretaria; e
- VI. articular os sistemas de monitoramento e avaliação dos programas de que trata esse departamento, com os sistemas estruturados de planejamento, monitoramento, orçamento e finanças existentes no governo federal.
 - b) Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:
 - I. subsidiar a formulação e implementação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte educacional, de lazer e inclusão social;
 - II. promover estudos e análises sobre os programas, projetos e ações governamentais, visando à integração das políticas intersetoriais de esporte com às de educação, de saúde, de segurança pública e de ação social;
 - III. propor instrumentos de articulação das políticas, programas, e projetos esportivos e de lazer com as políticas e programas educacionais;
 - IV. promover eventos e estruturar processo de formação e capacitação de recursos humanos destinados aos programas esportivos-sociais e de lazer;
 - V. efetuar o acompanhamento pedagógico, o controle e a fiscalização dos programas, projetos e ações referentes à sua área de atuação, para orientação dos processos educacionais implantados;
 - VI. monitorar e avaliar os programas, projetos e ações, construindo indicadores e instrumentos de registro para o aperfeiçoamento administrativo, pedagógico e de fiscalização;
 - VII. realizar estudos e pesquisas para orientar as práticas esportivas e paraesportivas que favoreçam o desenvolvimento dos programas sociais de esporte e lazer e a promoção da qualidade de vida da população, fomentando a produção do conhecimento na área; e
 - VIII. estabelecer parcerias com instituições de ensino e de pesquisa para criar e implementar novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer como instrumento de educação, saúde e inclusão social.

Considerando a necessidade de fortalecer e ampliar substancialmente o acesso aos programas esportivos e paraesportivos de inclusão social, promovendo a intersetorialidade com os demais programas do governo, verifica-se ter havido a reestruturação operacional da extinta SNEED que agora além do Programa Segundo Tempo - PST, agrega o Programa Esporte Lazer da Cidade - PELC, e o Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania. Para tanto, buscou-se ampliar a estrutura da SNEED incorporando novos cargos e otimizando os recursos.

Segundo este entendimento, a SNELIS, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado do Esporte, tem por finalidade:

- democratizar e universalizar o acesso ao esporte educacional e ao lazer na perspectiva da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens;
- descentralizar e tornar transparente a gestão das políticas públicas de esporte educacional, e lazer;
- assegurar o acesso às práticas esportivas educacionais ao lazer e ao conhecimento científico- tecnológico inerente a elas;

- dispor sobre a Política Setorial de Esporte Educacional e lazer que compõe a Política Nacional de Esporte;
- propor temas e ações de seu âmbito de atuação para integrar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
- coordenar a implantação das decisões relativas ao Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte voltadas ao desenvolvimento do Esporte Educacional e ao lazer;
- ampliar, manter e avaliar os programas sociais de esporte, lazer, paraesporte e desporto de surdo;
- garantir que os programas desta Secretaria sejam coordenados e ministrados por professores de educação física com infraestrutura, material didático e esportivo de qualidade;
- zelar pelo cumprimento da legislação esportiva relativa à sua área de atuação e abrangência;
- integrar os programas e as ações das Secretarias Nacionais finalísticas do Ministério do Esporte, orientados ao público escolar e juventude, nos diferentes níveis do ensino (básico e superior);
- articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte educacional e lazer;
- estudar e propor a integração dos Programas e Ações do Governo Federal, orientados ao público escolar e juventude, nos diferentes níveis do ensino (básico e superior);
- manter intercâmbio e interlocução com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte educacional;
- articular de forma a contribuir com a Política de Intercâmbio de Governo Federal, apresentando proposta de troca de conhecimento e experiência – transferência de tecnologia – com países que manifestarem interesse no Segundo Tempo e demais ações voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional e lazer;
- promover a integração de Políticas de Governo orientadas a crianças, adolescentes e jovens, por meio da participação e representação em Conselhos Específicos e demais ações necessárias à sua efetivação;
- planejar, coordenar e avaliar ações voltadas à proteção, ao resgate e ao incentivo do esporte escolar e de identidade cultural;
- ampliar ações intersetoriais dos programas da SNELIS visando reforçar e potencializar as ações voltadas ao desenvolvimento humano, lazer e à inclusão social;
- prestar apoio técnico ao Ministro de Estado do Esporte e ao Conselho Nacional de Esporte, sobretudo nas questões relativas à sua área de atuação;
- emitir relatórios técnicos específicos das ações orçamentárias de competência da sua Gestão;
- promover a participação e o controle social no processo de elaboração e reestruturação dos Programas e Ações de Esporte Educacional e lazer;
- atuar e fazer-se representar, em conjunto com a Secretaria Executiva, no processo de desenvolvimento das Conferências Nacionais de Esporte, de forma a garantir o debate em torno do esporte nacional, em específico, do Esporte Educacional e lazer;
- estudar, elaborar, implantar e avaliar Projetos Especiais que venham a abordar temas transversais como: gênero, etnias e/ou públicos diferenciados, entre outros relacionados ao fomento de modalidades específicas como aquáticas, gímnicas etc., no sentido de comprovar a sua relevância para o

- desenvolvimento da Política de Esporte Educacional e lazer;
- definir, por meio de planejamento específico, as ações estratégicas plurianuais e os planos de ação anuais que deverão orientar o processo de Gestão Estratégica da Secretaria, com base na legislação e normatização vigente e nos documentos já elaborados anteriormente;
 - fortalecer as parcerias com as Confederações que têm papel fundamental no processo de garantia da participação de crianças, adolescentes e jovens em eventos de Esporte Educacional e lazer, Nacionais e Internacionais, em representação ao país;
 - estudar e analisar o calendário anual e plurianual de eventos esportivos da Secretaria, bem como a viabilização dos recursos logísticos para a sua realização;
 - planejar, coordenar, apoiar, avaliar e promover a realização de Eventos Nacionais e Internacionais de caráter educacional;
 - apoiar a participação de crianças, adolescentes e jovens, escolares, em eventos de cunho educacional, nacionais e internacionais;
 - articular com parceiros e patrocinadores, visando à realização de eventos de Esporte Educacional e lazer;
 - manter a documentação e base de dados relativa às ações efetivadas pela SNELIS;
 - garantir e qualificar o processo de capacitação (continuada) dos Recursos Humanos internos da Secretaria e externos que atuam junto aos programas e demais ações sob sua gestão;
 - coordenar, formular e implementar mecanismos de controle, monitoramento e avaliação dos programas e ações sob sua gestão;
 - coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pela SNELIS no âmbito de sua gestão;
 - aprimorar e ampliar o acompanhamento e monitoramento administrativo, pedagógico e avaliativo dos programas desta Secretaria;
 - ampliar os Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania por meio de parcerias institucionais qualificando a produção dos materiais esportivos;
 - implantar e ampliar os núcleos PRONASCI/PELC garantindo que os beneficiários sejam atendidos por profissionais qualificados em suas respectivas áreas de atuação;
 - ampliar as parcerias intersetoriais com outros programas sociais do Governo Federal em projetos educativos e de lazer com conteúdo multidisciplinar, como o Escola Aberta;
 - garantir, ampliar e qualificar a realização das olimpíadas universitárias, jogos universitários, surdo-olímpico e paraolimpíadas escolares estimulando a ampliação da participação das instituições públicas e privadas;
 - instituir e garantir a continuidade de programas de estímulo ao desenvolvimento de jovens atletas, para-atletas, surdolímpicos, não olímpicos e paradesportivos por meio do esporte educacional, assegurando os princípios e diretrizes que o norteiam;
 - desenvolver periodicamente jogos e festivais de caráter lúdico, esportivo e cultural garantindo espaços de discussão sobre os princípios que regem o esporte educacional e o lazer;
 - apoiar políticas e parcerias voltadas ao desenvolvimento de conteúdos esportivos educacionais que contemplem e valorizem a diversidade cultural do povo brasileiro e a promoção de atividades educativas do esporte e lazer em todas as comunidades, inclusive, afrodescendentes, indígenas, quilombolas, rurais e ribeirinhas;

- implantar uma campanha nacional de valorização do esporte educacional e do lazer;
- ampliar e qualificar o atendimento às necessidades referentes aos recursos materiais esportivos, didáticos e serviços complementares ao desenvolvimento do esporte e lazer para todas as idades;
- implantar programa de educação física, esporte, lazer, desporto de surdo e paradesporto na escola;
- implantar políticas públicas de esporte, paradesporto, desporto de surdo e lazer garantindo sua continuidade e contribuindo para a sua integração, preservação e conservação do meio ambiente, da identidade do patrimônio natural, cultural e histórico.

Não obstante ter aumentado substancialmente suas atribuições, ações orçamentárias e responsabilidades institucionais, a nova estrutura administrativa da SNELIS não cresceu na mesma proporção, o que já indicava no momento de sua criação, a necessidade de estudos e adequações visando a adoção de métodos mais eficazes para o desenvolvimento de suas ações.

II. Objetivos Estratégicos

Em virtude das mudanças alinhavadas na estrutura da SNELIS incorporando novos programas e a despeito da manutenção da estrutura física e de poucas alterações nos recursos humanos não foi possível, até o presente momento identificar, delinear e estabelecer com profundidade e segurança linhas estratégicas em consonância com as novas responsabilidades e competências acima referidas.

Considerando que paralelo à mudança da estrutura do ME, encontrava-se em curso a elaboração do novo PPA, relativo ao período 2012-2015, entendeu-se prudente estabelecer um período de transição para o funcionamento da nova estrutura, necessário para organizar as condições mínimas para receber os servidores e assumir o desenvolvimento das ações incorporadas pela SNELIS.

Assim, o seminário de planejamento estratégico previsto para ser realizado em 2011, com o objetivo de construir o novo Plano de Ação, foi adiado.

Essa decisão levou em conta a necessidade de dar continuidade às ações em curso de forma a não comprometer a execução dos Programas e Projetos.

Desde o momento da reestruturação interna da extinta SNEED, considerando que já se previa a incorporação de Programas e ações, houve a preocupação de organizar os Departamentos de forma que pudessem desenvolver os demais Programas na mesma lógica proposta para o Segundo Tempo.

Após a publicação do Decreto 7.529/2011, que constituiu oficialmente a nova Secretaria, a gestão deu continuidade ao trabalho realizado no primeiro semestre de 2011, ainda em fase experimental. O primeiro passo foi rediscutir a estrutura organizacional, agora considerando de fato a ampliação das suas competências, incorporando os Programas de Lazer e Inclusão Social: o Pintando a Liberdade, o Pintando a Cidadania, e o PELC, com as ações relativas aos Núcleos de Esporte e Lazer, a Rede CEDES, o CEDIME, os jogos indígenas, os eventos de esporte e lazer e as competições estudantis, além de parte da força de trabalho correspondente a estes programas.

Neste contexto foram considerados os seguintes fatores:

- a. fortalecimento da estrutura de apoio ligada ao Gabinete, com ampliação da Governança interna e capacidade de articulação externa;
- b. ampliação da capacidade de produção de informações e de tomada de decisão;
- c. especialização das funções de operação das parcerias e articulação institucional com o desenho de dois departamentos vetoriais:
 - Vetor 1 - Integra áreas de formalização, implementação, prestação de contas e fiscalização em um departamento;
 - Vetor 2 - Integra as áreas de acompanhamento de políticas, programas e articulação institucional em outro departamento, buscando a convergência das políticas intersetoriais de esporte, de educação, saúde, segurança pública e ação social, com apoio de instituições de ensino e pesquisa.

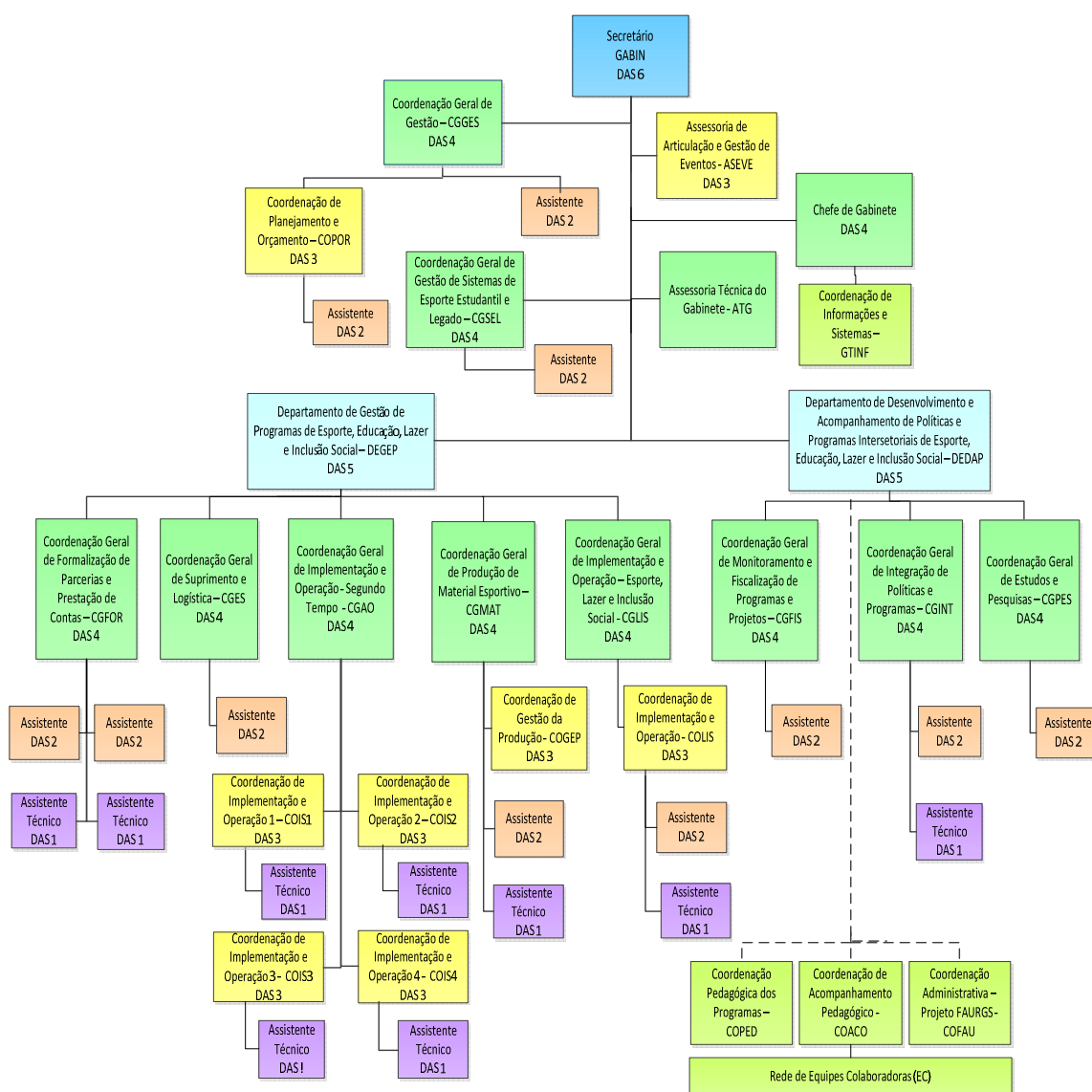
Embora esse desenho já comportasse a distribuição das novas tarefas, relativas aos Programas e Ações incorporados nos dois Departamentos de acordo com suas atribuições, considerando a preocupação com a descontinuidade da execução, optou-se por manter integralmente as estruturas oriundas de outros setores do ME (SNDEL- PELC e SE – Pintando), e vinculá-las temporariamente a um Departamento visando estabelecer um período de adaptação.

Dessa forma, a nova estrutura conta com os seguintes perfis das três grandes áreas da Secretaria:

1. Fortalecimento do Gabinete do Secretário;
 - Subordinação da área de informações e sistemas (CGINF) à Chefia de Gabinete;
 - Retorno da Assessoria do Gabinete;
 - Unificação do quadro de secretárias compondo o corpo de apoio ao gabinete;
 - Criação de Assessoria de Articulação e Gestão de Eventos, com funções de articulação com a ASCOM e centralização do atendimento sobre convênios;
 - Criação da Coordenação de Gestão Estratégica com funções da atual ATG, assumindo a área de apoio administrativo (COAAD) e o Arquivo Central;
 - Formalização e reforço da área de planejamento e orçamento (COPOR);
 - Criação de coordenação para gestão de sistemas de esporte estudantil e legado (CGSEL).
2. Adequação da estrutura do Departamento de Gestão de Programas (DEGEP);
 - Adequação aos processos de operação das parcerias;
 - Adequação de funções para segregar os processos de formalização de parcerias e prestação de contas na mesma coordenação geral (CGFOR);
 - Fortalecimento da estrutura de acompanhamento da execução dos convênios, através da divisão do trabalho em subequipes técnicas ligadas à coordenação geral e à direção da secretaria (CGAO);
 - Fortalecimento da estrutura de suprimento de material esportivo e da gestão do armazenamento (CGES);
 - Criação de estrutura transitória para o programa Pintando a Cidadania (CGMAT);
 - Criação de estrutura transitória para os programas de Lazer e Inclusão Social (CGLIS).
3. Adequação da estrutura do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento Pedagógico (DEDAP);
 - Adequação da estrutura aos processos de acompanhamento de políticas e programas, e articulação institucional;

- Criação de estrutura para monitoramento dos convênios nos seus aspectos pedagógicos e administrativos, englobando denúncias, demandas da Ouvidoria, órgãos de controle e vistorias e visitas;
- Criação de estrutura para articulação e integração de políticas públicas, projetos e ações intersetoriais (CGIPI);
- Subordinação direta das estruturas da rede de apoio à diretoria do departamento, às quais compete o desenvolvimento, acompanhamento pedagógico e gestão (COPED, COACO e COFAU);
- Criação de estrutura para estudos e pesquisas de práticas que favoreçam o desenvolvimento de programas sociais de esporte e lazer e fomentem a produção de conhecimento nestas áreas (CGPES).

Apresenta-se a seguir o organograma da SNELIS na fase de implementação na nova estrutura:



Além das iniciativas visando ao redesenho e à construção da nova estrutura organizacional, a gestão da SNELIS preocupou-se com o alinhamento e a integração dos processos e o dimensionamento da força de trabalho, para readequá-la aos novos desafios:

No que tange ao alinhamento e à integração dos processos de trabalho, a gestão priorizou o 31 processos destacados como mais relevantes pelas áreas da Secretaria. Buscou-se avaliar a importância de cada um deles, com base nos respectivos desempenhos visando ao cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos. Esse estudo foi fundamental para a identificação dos processos sendo repetidos por coordenações diferentes podendo-se promover realinhamentos e eliminar etapas visando à melhoria da sinergia organizacional e ao aumento da eficiência das operações.

Sobre o Dimensionamento da Força de Trabalho para o novo cenário aprovado pelo Decreto 7.529/2011, verificou-se diferenças funcionais dos funcionários atuantes na Secretaria que impactavam na qualidade do trabalho. Existe ainda um quadro de apoio composto de bolsistas vinculados ao Projeto UFRGS. Constatou-se que o DEGES concentrava a maior quantidade de terceirizados e o DEDAP, o Departamento com a maior quantidade de bolsistas, sendo justificado por suas atividades especializadas de desenvolvimento e acompanhamento de Políticas e Programas Inter-setoriais de esporte, educação, lazer e inclusão social, particularmente em relação às questões pedagógicas. Prevaleceu no estudo a necessidade de uma melhor distribuição das atribuições correlacionadas com seu vínculo trabalhista, já indicado no estudo realizado no primeiro semestre de 2011(SNEED).

Observa-se que a Força de Trabalho aprovada não está adequadamente estruturada para o pleno desenvolvimento dos programas da Secretaria. Clama-se pela adequação desse dimensionamento sob pena de comprometer a formulação, o acompanhamento, a execução e a própria avaliação dos programas e de seus resultados.

Visando dar respostas à agenda estratégica de ampliação, qualificação e diversificação dos programas sociais do Ministério do Esporte, que têm por objetivo principal o aumento em escala de atendimentos à população em todo território nacional, o trabalho realizado em 2011 explicita importantes apontamentos os quais deverão constar da pauta estratégica para 2012:

- Realização de um novo Seminário de Planejamento estratégico pautado pelo PPA 2012-2015 e as novas ações orçamentárias;
- revisão da cadeia de valor – para todas as atividades e programas da SNELIS;
- pactuação interna para resultados (compromissos visando ao alcance de metas e realização de entregas;
- ampliação no investimento em informatização e sistemas integrados de informação;
- desenvolvimento dos sistemas de monitoramento e avaliação dos processos;
- ampliação do quadro de servidores efetivos por meio de concursos públicos.
- Contratação de consultores especializados para desenvolver estudos voltados ao aprimoramento da gestão e dos Programas

Considerando esse quadro, como se pode ver, as fragilidades já existentes na SNEED foram potencializadas com a fusão das Secretarias e a incorporação de novos programas e ações. No exercício de 2012, iniciado entre agosto e setembro, a SNELIS, teve muitas dificuldades na gestão, tais como: falta de interação entre os programas, servidores e respectivos processos; objetivos estratégicos não convergentes com a estrutura; estrutura organizacional centralizando área meio e fim; insuficiência de recursos humanos; desmotivação dos servidores oriundos de outras estruturas, entre outras.

Isso tudo reforçou a idéia inicial de manter a fase de transição até o final do ano, com as coordenações incorporadas atuando de forma diferenciada das demais Coordenações da antiga

SNEED, executando todas as ações relativas aos programas e ações de sua responsabilidade. Essa decisão tornou-se essencial visto que os demais programas não estavam organizados por processos gerenciais, como o Segundo Tempo, e qualquer alteração nesse sentido no final do exercício poderia causar mais prejuízos à sua execução. Ainda assim, tanto o PELC quanto o Pintando a Liberdade/Cidadania tiveram baixa execução no ano de 2012, causadas pelo contingenciamento orçamentário, e no caso do PELC, potencializado pela não liberação das emendas parlamentares.

Não há dúvidas que a mudança estrutural ocorrida no Ministério do Esporte em 2012 teve grande impacto nas áreas finalísticas, particularmente na SNELIS que foi a Secretaria mais afetada. Isso foi agravado pelo fato de ter ocorrido já na metade do ano, tendo a execução dos programas sido desenvolvida por estruturas diferentes no mesmo exercício. Outro fator importante foi a mudança na titularidade da pasta, ocorrida em outubro do mesmo ano, e em consequência, tendo causado nova mudança na gestão da SNELIS.

Ainda assim, foi possível dar continuidade às ações previstas para o Segundo Tempo, e apoiar o desenvolvimento das ações do PELC e do Pintando relativas aos convênios vigentes. No caso do PELC ainda foi possível celebrar alguns convênios em função da liberação de emendas parlamentares.

Nesse sentido, com a fusão entre SNDEL e SNEED, houve a necessidade de uma ampla reestruturação organizacional, principalmente no que diz respeito aos recursos humanos e espaço físico. Da mesma forma, em decorrência da dificuldade de interação das políticas pautadas pelas Secretarias extintas, houve também a necessidade de promover um redesenho dos processos de gestão.

Ocorre que tais necessidades não foram atendidas na íntegra, uma vez que, em paralelo à fusão, ocorreram problemas na gestão descentralizada das políticas, o que demandou mudança de foco, ocasionando o efeito postergador de atendimento às necessidades apresentadas. Por fim, em decorrência das alterações feitas no âmbito do Governo Federal, ocorreu ainda mudança de dirigente, recondicionando a condução das alterações necessárias.

Diante do novo cenário, está em curso estudo de planejamento estratégico, bem como a consecução da reorganização estrutural e redesenho de processos não implementados anteriormente em sua totalidade, para melhor aproveitamento do quadro de pessoal, tendo em vista a absorção de novas atribuições e de um novo plano plurianual.

A perspectiva para 2012 é de ampliação do quadro de funcionários através de contratação de consultores especializados e realização de concurso público, além de maior investimento na área de Tecnologia da Informação para desenvolvimento de sistema de monitoramento, aprimorando os atos de controle interno das ações.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Considerando que a fusão das estruturas se deu em julho de 2011 com a publicação do Decreto, sua operacionalização ocorreu de forma gradativa durante os meses de agosto, setembro e outubro, a execução dos Programas e Ações incorporadas pela SNELIS foi praticamente realizada sob a estrutura anterior. No caso específico do Pintando a Liberdade e Cidadania a execução orçamentária se deu integralmente enquanto estava sob a gestão da Secretaria Executiva. Já em relação ao PELC, considerando o contingenciamento orçamentário e a liberação de parte do orçamento de emendas apenas em dezembro fez com que fossem executados apenas no final do

ano, nesse caso sob gestão da SNELIS, conforme detalhamento no item específico.

Por esse motivo, o planejamento da SNELIS foi executado conforme previsto na extinta SNEED, desenvolvendo o Programa Segundo Tempo integralmente, conforme detalhado no Relatório de Gestão 2012 da extinta SNEED, e deu continuidade às ações previstas para o PELC, cujo detalhamento da execução anual apresenta-se no Relatório de Gestão 2012 da extinta SNEED.

Cabe registrar que considerando a normativa complementar editada pelo TCU, que estabeleceu a exigência de Tomada de Contas Extraordinária para as duas Secretarias extintas, foi cumprida a orientação de apresentar a execução anual dos programas integralmente nos relatórios de gestão das referidas Secretarias.

Quanto ao Pintando a Liberdade, o detalhamento de execução anual encontra-se no Relatório de Gestão de SE/ME.

Abaixo segue síntese dos trabalhos realizados durante a gestão da SNELIS:

Principais Resultados

ATIVIDADES	METAS	PRINCIPAIS DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES
GESTÃO		
a) Reestruturação Organizacional da nova SNELIS b) Mapeamento dos processos gerenciais e redirecionamento da força de Trabalho	DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL SEMINARIO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO	DECRETO DA REESTRUTURAÇÃO Nº7.529/21-07-2011 / RELATORIO FINAL DA CONSULTORIA
SEGUNDO TEMPO		
FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS		
PST PADRÃO		
a) NOVAS DIRETRIZES Revisão das Ações financiadas pelo Programa na celebração de parcerias: - Redefinição da ação de Reforço Alimentar – Não será mais financiada com recursos do convênio devendo ser mantida com parcerias locais nos convênios em que for considerada essencial, possibilitando a ampliação do número de beneficiados e a eliminação das irregularidades cometidas nos procedimentos licitatórios para sua aquisição (representava mais de 40% do valor convênio); - Padronização das demais ações, eliminando as especificidades dos convênios; - Inclusão de um técnico-administrativo em cada convênio que será capacitado	REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 2011 - NOVAS DIRETRIZES (CONCLUIDA) E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DOS CONVENIOS	Publicação das novas diretrizes no Portal do Ministério.

<p>pelo ME de forma a garantir a operacionalização da execução do convênio no SICONV.</p>		
<p>B) QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS PARCEIROS</p> <p>Instituição de Chamada Pública - Em Julho/2011 foi publicado o edital de seleção PST/2011 com as novas diretrizes e priorização das parcerias publicas padrão e Projetos Especiais (Universitário, Deficientes, Navegar e Inst. Fed. Tecnológicos)</p> <p>Qualificação do processo de seleção Estabelecimentos de novos critérios de forma a aprimorar a análise da capacidade técnica e operacional da entidade proponente;</p> <p>Estabelecimentos de novos critérios de forma a aprimorar a análise da capacidade técnica e operacional da entidade proponente;</p> <p>Antecipação das exigências da Ordem de Início para o processo de seleção de forma a aprimorar a execução orçamentária ao empenhar recursos apenas para entidades que já na fase de celebração comprovem a capacidade de estruturação do projeto;</p>	<p>Selecionar os melhores projetos para o PST/2011 e celebrar os convenios no SICONV;</p> <p>Ampliar as parcerias com Universidades Publicas em todo País diversificando o publico alvo.</p> <p>Ampliar as parcerias com Universidades Publicas em todo País diversificando o publico alvo.</p>	<p>Publicação dos editais para seleção de Projetos - PST Padrão, PST Deficientes, PST Universitário, PST Navegar e Institutos Federais. (Portal ME)</p> <p>Publicação da Nova Portaria que estabelece prazos limites para estruturação do Projeto. (para apreciação, aprovação e assinatura do novo Ministro)</p>
<p>Decisão da gestão em celebrar parcerias somente com órgãos públicos.</p> <p>Mesmo tendo algumas entidades privadas classificadas em ultima prioridade no processo seletivo/2011.</p>	<p>FORMALIZAR NOVOS CONVENIOS COM ENTES PUBLICOS</p>	<p>Analisar a necessidade de institucionalizar a decisão da gestão em conveniar apenas com entes públicos.</p>
<p>C- FORTALECIMENTO DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS</p> <p>Fase de Implementação</p> <p>- Revisão dos Convênios celebrados em anos anteriores sem Ordem de Início p/ deliberação da gestão:</p> <p>Notificação às entidades que</p>	<p>Encaminhar rescisão de convênios com dificuldades de estruturação</p>	

<p>apresentavam pendências; Intensificação do acompanhamento e estabelecimento de Prazo Final p/ regularização das exigências para recebimento da Ordem de Início; Intensificação do acompanhamento e estabelecimento de Prazo Final p/ regularização das exigências para recebimento da Ordem de Início; Intensificação do acompanhamento e estabelecimento de Prazo Final p/ regularização das exigências para recebimento da Ordem de Início; Determinação de rescisão dos convênios que não finalizarem os procedimentos exigidos para recebimento da Ordem de Início até setembro de 2011; Cancelamento dos empenhos dos convênios que não obtiverem a Ordem de Início nos prazo estabelecido de forma a recompor o orçamento no exercício, ampliando as parcerias públicas a serem celebradas em 2011.</p>		
<p>Suprimentos Finalização da entrega dos Kits de material esportivo pendentes; Administração dos contratos dos materiais e uniformes; Controle do estoque e distribuição dos materiais esportivos e uniformes. - Realização de novos procedimentos licitatórios p/ suprir os convênios celebrados em 2011 (materiais esportivos e uniformes); - Realização de novos procedimentos licitatórios p/ suprir os convênios celebrados em 2011 (materiais esportivos e uniformes);</p>	<p>Garantir o suprimento de materiais esportivos (kit's) e uniformes para todos os núcleos do PST.</p>	<p>Editais de Licitação para aquisição dos Kit's (materiais esportivos) e uniformes.</p>
<p>Fase de Operação (Atendimento aos Beneficiados) Reestruturação da Coordenação de Acompanhamento Operacional: Criação de Equipes de trabalho, ampliação do número de técnicos, e capacitação; Definição de novos procedimentos de acompanhamento, fortalecendo o uso do SICONV como instrumento de controle da execução dos convênios;</p>	<p>Aprimorar o acompanhamento operacional dos convênios</p>	
<p>Estruturação da Coordenação de Acompanhamento, Controle e Fiscalização: Ampliação da equipe e capacitação dos técnicos; Definição de novos fluxos de trabalho,</p>	<p>Aprimorar o acompanhamento pedagógico do programa. Aprimorar o controle e fiscalização dos convênios.</p>	<p>A partir da estruturação da nova Secretaria e em função das fragilidades do acompanhamento, foi constituída a Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos - CGFIS, assumindo as funções da ASSED com a missão de avaliar de forma mais abrangente as condições da execução dos convênios do Programa Segundo Tempo, indicar as medidas corretivas a serem adotadas</p>

<p>estabelecendo prazos mais rigorosos nas ações de acompanhamento <i>in loco</i>, de forma a subsidiar as decisões da gestão e dar mais efetividade ao controle, atendendo às recomendações da CGU (Relatório de Avaliação da Gestão 2010); Introdução de novos mecanismos de controle; Criação do Setor de Fiscalização;</p>		<p>pela entidade parceira e subsidiar a tomada de decisões pela gestão.</p> <p>A CGFIS foi estruturada mediante a criação de 03 sub-coordenações: Coordenação de Análise Processamento de Relatórios – CAPRE, Coordenação de Análise de Denúncias – CADEN e Coordenação de Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle – CADOC.</p> <p>A partir de Julho/2011 a responsabilidade da análise dos conteúdos dos Relatórios Consolidados de Visita e de Vistoria passou da ASSED para a Coordenação de Análise Processamento de Relatórios – CAPRE, com vistas a garantir o melhor aproveitamento das informações extraídas dos referidos Relatórios, inclusive no sentido de minimizar ainda mais o lapso temporal entre a sua realização e o encaminhamento de recomendações à entidade parceira.</p> <p>Nessa perspectiva, durante o 2º Semestre de 2011 a gestão manteve, aprimorou e/ou adotou as seguintes medidas para estruturação da CGFIS/CAPRE e estabelecimento de seus fluxos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliou a área técnica mediante novas contratações de pessoal, totalizando 02 coordenadores, 10 técnicos e 02 auxiliares administrativos, o que foi viabilizado por meio do projeto de capacitação e acompanhamento desenvolvido em parceria com a UFRGS; • Constituiu a Assessoria específica para Consolidação de Dados e Controle, definindo atribuições específicas sobre a base dos dados gerados a partir do planejamento/realização das Visitas pelas Equipes Colaboradoras e do processamento dos Relatórios pela CAPRE, para a sistematização da Planilha apresentada à CGU no 1º Semestre/2011, a qual foi validada pela gestão; • Revisou os Instrumentos utilizados: • Definiu as atribuições de cada técnico; • Definiu a interface entre as Coordenações e os prazos; • Decidiu analisar as respostas considerando os elementos da visita seguinte; • Padronizou uma Declaração para a entidade indicar o status do atendimento das recomendações proferidas a partir do processamento dos Relatórios de Visita (Anexo • Realizou Capacitação. <p>No 2º semestre de 2011 a gestão também decidiu pela constituição de uma nova coordenação – denominada Coordenação de Fiscalização – COFISC vinculada à CGFIS, de forma a assegurar que fossem realizadas todas as vistorias</p>
--	--	--

		<p>necessárias no Programa Segundo Tempo, no sentido de complementar o acompanhamento sistemático já realizado pelas Equipes Colaboradoras.</p> <p>Assim, foram designados 02 técnicos do quadro deste Ministério para compor a equipe técnica da COFISC, com a atribuição específica de realizar vistorias em casos específicos e de forma mais ágil, especialmente quando da ocorrência de fatos que demandam uma averiguação mais contundente das condições da execução, a exemplo de denúncia de natureza grave.</p> <p>Para tanto, foram estabelecidos fluxos dividindo as competências de trabalho entre a Equipe Colaboradora, Técnicos da CGAO e Técnicos da COFISC.</p>
Criação de Grupo de Trabalho para revisar os critérios de avaliação dos convênios para fins de avaliação do cumprimento do objeto e para decisões de renovação;	Aperfeiçoar o método de fiscalização, aplicando novas tecnologias de controle	
PST NO MAIS EDUCAÇÃO (MEC)		
Parceria entre o ME e o MEC que começou a ser desenvolvida em 2009, com objetivo de integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas.	Implantar o programa em 5000 escolas públicas em todo país atendendo mais 1 milhão de beneficiados	<p>Caderno de Apoio Pedagógico – Repertório de Atividades para iniciação esportiva</p> <p>Caderno Pedagógico para o Macrocampo Esporte e Lazer - parceria entre a SNDEL e SNEED;</p> <p>Manual “Pensando o Programa Mais Educação: A inserção do PST”;</p> <p>Portaria Interministerial nº 17/2007 de 24 de abril de 2007.</p>
PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE EDUCACIONAL; PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS; DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS EDUCACIONAIS		
<p>JOGOS ESCOLARES</p> <p>SULAMERICANOS - CBDE</p> <p>Seletiva Nacional de Futsal e Voleibol Escolar - CBDE</p> <p>Seminário do Desporto Escolar</p>	Apoio e incentivo aos Jogos Escolares	Edital de Chamada Pública para seleção de propostas de Esporte Educacional
ESPORTE E LAZER DA CIDADE		
FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS		

<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos convênios vigentes; - Formação dos recursos humanos; - Pesquisas de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, o fomento e difusão de eventos científicos e o apoio a publicações - PELC REDES CEDES, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva; - Implementar o funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer; - Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer no PRONASCI, apesar de não haver indicação de orçamento para 2011, foram pagos 08 convênios de 2010. Em 2011 o PRONASCI mantém em funcionamento, com uma média de 90 convênios; - 3 primeiros PELC indígenas, construídos e desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e cultura destes povos, nas aldeias Xavante, Terena e Wai Wai; - PELC em presídio também está em implementação; - Ampliação da ação intersetorial com o Ministério da Justiça, para acompanhamento dos Núcleos PELC/PRONASCI; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizadas 1128 visitas técnicas envolvendo as ações 2667, 2C60 e PRONASCI; - Realizadas 144 formações capacitando 4495 pessoas; - Realizadas 44 pesquisas; - Não houve indicação no orçamento do Ministério da Justiça para PELC/PRONASCI, nem para o PELC/Núcleos via Ministério do Esporte. Foi possível pagar oito convênios de 2010 e realizar o acompanhamento de aproximadamente 90 convênios vigentes (PELC/Todas as Idades, Vida Saudável e PELC/PRONASCI); - Foram firmados 3 convênios pilotos indígenas com as seguintes etnias: Xavante, Terena e Wai Wai, beneficiando 400 pessoas por aldeia, totalizando 1200 beneficiados; - Firmado convênio com os CISC/RJ para beneficiar 400 internos jovens em situação de risco social. 	
Vida Saudável		
<ul style="list-style-type: none"> - Revisão conceitual e ampliação intersetorial com o Ministério da Saúde; - Articulação com outras políticas: Praça da Saúde, Plano de Prevenção e controle da Obesidade, Determinantes Sociais de Saúde e Prevenção e Controle de Doenças e Agravos Crônicos não transmissíveis. 	<p>Contribuição no planejamento do Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. (Meta atingida)</p>	
REDE CEDES		
<ul style="list-style-type: none"> - Atualmente com 59 instituições 	<ul style="list-style-type: none"> - ampliação das condições de avanço nas ciências e tecnologias, que qualificam as políticas públicas de esporte e lazer do Brasil e contribuem com os intercâmbios internacionais, especialmente latino- 	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de 19.628 exemplares, beneficiando gestores, agentes e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer; - Chamada Pública nº 01/2011/REDE CEDES CGCTI/DPGE/SE/ME PORTARIA Nº 179 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011 - DOU nº 203 de 21/10/2011, seção 3, p. 142 a 144

	americanos;	
PROMOÇÃO DE EVENTOS- Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer		
- Apoio e/ou realização de conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões técnicas, entre outros eventos de abrangência nacional e/ou internacional, promovendo intercâmbios científicos e tecnológicos, assim como a divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, dos registros relativos aos conteúdos desenvolvidos. São apoiados projetos de educação física, esporte e lazer, de abrangência nacional e/ou internacional, desenvolvidos em continuidade, selecionados pela SNDEL, dentre os inscritos nesta Secretaria.	- 3 eventos realizados.	2011: EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA E PORTARIA (Edital aberto até 09/11)
CEDIME – Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte		
- Objetiva documentar, preservar e difundir conhecimentos e informações científicas, tecnológicas de esporte e lazer, sendo um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer.	- Apoiados 3 instituições.	Revista Científica Pensar a Prática; Coletânea de 7 cadernos impressos e digitalização: 1. Gestão da Política Intersetorial: Contribuições do PELC (500); 2. Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Princípios e Pressupostos Teóricos (500); 3. Sistema Nacional de Esporte e Lazer (500);
Realização dos Jogos dos Povos Indígenas		
- Participação de 34 etnias, sendo 28 com delegações e 6 representações, totalizando 1.400 indígenas.	- Participação de 34 etnias, sendo 28 com delegações e 6 representações, totalizando 1.400 indígenas.	EDITAL 2011 – Jogos Indígenas
INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE		
Pintando a Liberdade		
- Ressocialização dos internos do Sistema Penitenciário, profissionalizando-os no ofício de confecção de artigos esportivos; - Formalização, o acompanhamento e monitoramento e a prestação de contas dos convênios; - Acompanhar o desenvolvimento do Acordo de Cooperação Técnica com a República de El Salvador;	- Integrar as etapas de Formalização acompanhamento e prestação de contas à estrutura da Secretaria deixando de ser centralizada na Gerência do programa. Esta mudança pode contribuir para um acompanhamento	

	<p>mais detalhado dos convênios, procurando evitar assim, distorções na natureza de suas ações, evitando assim episódios que ficaram explicitados nos convênios que foram encaminhados para tomada de contas especiais e rescindidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da qualidade de materiais produzidos, entre eles podemos citar as bolas de futebol de salão e campo; - Levantamento do patrimônio do Ministério que está localizado na fábricas espalhadas pelo país. - Utilização de um sistema de monitoramento e controle de estoque e Produção. 	
Pintando a Cidadania		
<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão social de pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, oportunizando-as a possibilidade de ganho mensal concernente à fabricação de itens esportivos; - Formalização, o acompanhamento e monitoramento e a prestação de contas dos convênios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar as etapas de Formalização acompanhamento e prestação de contas à estrutura da Secretaria deixando de ser centralizada na Gerência do programa. Esta mudança pode contribuir para um acompanhamento mais detalhado dos convênios, procurando evitar assim, distorções na natureza de suas ações, evitando assim episódios que ficaram explicitados nos convênios que foram encaminhados para tomada de contas especiais e rescindidos. - Melhoria da qualidade de materiais produzidos, entre 	

	<p>eles podemos citar as bolas de futebol de salão e campo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento do patrimônio do Ministério que está localizado na fábricas espalhadas pelo país. - Utilização de um sistema de monitoramento e controle de estoque e Produção. 	
--	--	--

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SNELIS

Abaixo serão tratados o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Pintando a Liberdade/Cidadania, todos sob responsabilidade de SNELIS. Considerando que cada uma dos programas compôs um Relatório de Gestão específico (PST – SNEED; PELC – SNDEL; e Pintando – SE) apresenta-se a seguir a execução orçamentária de cada um deles, da forma que foi apresentado no relatório de origem, lembrando que parte dessa execução foi realizada pela estrutura anterior, e parte pela SNELIS.

Cabe registrar que em função de serem estruturas distintas, para não comprometer a seqüência lógica da execução orçamentária dos programas, optou-se por apresentar o bloco integral de informações referentes a cada um dos Programas.

Essa forma de organização exigiu que a numeração que integra o item 2.3 fosse suprimida de maneira a não alterar os demais itens que compõem o Relatório de acordo com as normativas emanadas pelo TCU.

Sendo assim, o conteúdo corresponde aos itens 2.3.1 a 2.4.7 de cada Programa será apresentado na ordem proposta, porém sem a numeração específica.

A. Programa Segundo Tempo (2.3.1 a 2.4.7)

A.1 Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SNELIS.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8028		Denominação: Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens						
Objetivos Específicos: O Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e complementares, no tempo ocioso, desenvolvidas em espaços físicos públicos ou privados, tendo como enfoque principal e abordagem pedagógica o esporte educacional e a inserção de crianças, adolescentes e jovens que se encontram fora do ensino regular. A prática esportiva, conforme preconiza o Artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir à sociedade - independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos - o acesso ao Esporte. Este acesso, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando este é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá, ainda, como consequência, o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e qualidade de vida, do bem estar e o aprimoramento da consciência crítica, além de contribuir efetivamente para a ampliação do número de horas dedicadas ao processo educacional e a redução da evasão escolar, da repetência e déficit no processo de aprendizagem. Portanto, a partir das orientações dadas pelo projeto democrático e popular do Governo Federal aos programas sociais esportivos, voltados à inclusão social e para a gestão democrática, o Programa de Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo contribui para a reversão do quadro de injustiça, de exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela de população brasileira (crianças, adolescentes e jovens), atuando sinergicamente com outros programas e ações intersetoriais que visam o atendimento do mesmo público-alvo. As finalidades precípuas são o desenvolvimento de estudos, a melhoria da infra-estrutura esportiva, a democratização do acesso à prática esportiva, a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras, a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da exposição aos riscos sociais, o desenvolvimento de valores comunitários e a conscientização para a prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania a crianças, adolescentes e jovens.						
Gerente: Afonso Barbosa			Responsável: Afonso Barbosa			
Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
229.026.075,00	219.091.195,00	193.962.927,06	66.592.889,24	86.145.755,52	66.352.550,24	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	percentual	31/12/2011	0,01	1,60	1,60	4,39
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de crianças, adolescentes e jovens beneficiados no Programa / Nº de crianças, adolescentes e jovens.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	percentual	31/12/2011	0,11	8,50	8,50	13,08
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de municípios beneficiados pelo Programa / Nº de municípios brasileiros.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual	31/12/2011	0,29	10,00	10,00	46,81
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de municípios beneficiados pelo Programa / Nº de municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	percentual	31/12/2011	37,00	40,00	39,00	35,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de beneficiados do sexo feminino no ano/Total de beneficiados pelo Projeto no ano.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	percentual	31/12/2011	80,00	87,00	85,00	76,98
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados no ano/ Total de beneficiados atendidos do ano						
Análise do Resultado Alcançado:						

Em relação ao índice alcançado, vale ressaltar que o indicador utilizado é resultado de apenas duas das doze ações inscritas no Programa. A ação de maior orçamento (5450 – Implantação de infraestrutura de esporte recreativo e de lazer) não compõe o cálculo do indicador e não faz parte das ações desta Secretaria. Apesar do resultado percentual baixo, consideramos significativa a cobertura e a qualidade do Programa enquanto política pública.

A.2 Execução Física das Ações Realizadas

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

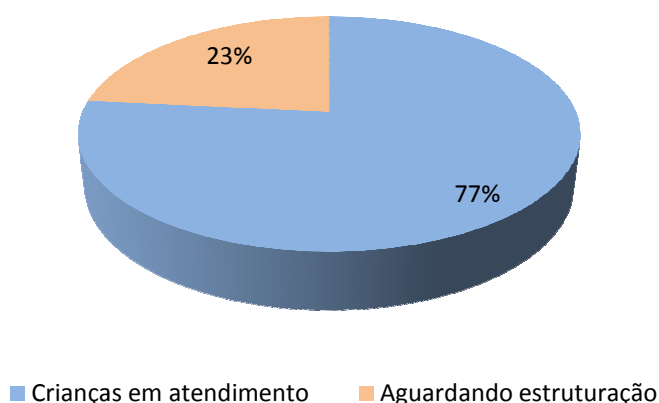
Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional	A - Atividade	3 - Demais ações prioritárias	Unidade	14.814	15.600	*
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	2626 - Promoção de Eventos de Esporte Educacional	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	21	7	*
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	8238 - Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	299	0	*
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	8360 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	5.087	5.800	*

Análise crítica (Quadros A.2.1. e A.2.2.):

a) Cumprimento das metas físicas:

A meta física prevista no SIGPLAN para o exercício de 2011, ação orçamentária 4377, corresponde a 14.814 e a realizada de 15.600 beneficiados, perfazendo o cumprimento da meta em 105% do previsto. Porém, os números apontados acima não expressam a realidade das metas atingidas da referida ação no exercício em questão. A meta de 14.814 foi prevista visando atender a sistemática do SIGPLAN, que considera somente os beneficiados (meta) de convênios celebrados e pagos no mesmo exercício. Portanto, cabe esclarecer que o atendimento efetivo do ano corresponde aproximadamente a 1.676.424 beneficiados. O número registrado de beneficiados advém da soma dos convênios formalizados em exercícios anteriores vigentes em 2011, devido ao ciclo de atendimento médio de 02 anos e aos beneficiados do Programa Mais Educação. Ressalta-se, que o número apresentado acima corresponde aos beneficiados efetivamente atendidos no decorrer de 2011. Cabe informar que além deste número efetivo de atendimento, existem mais 512.580 crianças, adolescentes e jovens que serão beneficiados por meio de convênios já formalizados, os quais estão em processo de estruturação dos núcleos, de forma a obter a liberação da Ordem de Início, para o início do concreto atendimento. Somado os beneficiados já em atendimento aos 512.580, totaliza-se o montante de 2.189.004 beneficiados de convênios vigentes em 2011, incluindo convênios de anos anteriores, novas celebrações realizadas em 2011 e programa mais educação (Anexo 4). Considerando o exposto acima, entende-se que os encaminhamentos realizados pela Gestão do Segundo tempo, se encontram em consonância com o planejamento estratégico quanto à ampliação do público alvo do programa e de fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, visto que o aumento significativo do número de atendimento ocorreu por meio do Programa Mais Educação.

O gráfico abaixo demonstra a situação dos convênios vigentes em 2011.



Quanto ao cumprimento das metas das ações do Programa voltadas a Promoção, Participação e Desenvolvimento de eventos de Esporte Educacional:

Ação: 2626 – Promoção de Eventos de Esporte Educacionais

Durante o exercício de 2011 foram empenhados 09 eventos, o qual representa 47% da meta prevista para 2011, porém de acordo com metodologia de aferição do SIGPLAN que registra somente os convênios pagos, apenas 06 eventos foram considerando, alcançando a meta de 28%. Os demais, um será pago como restos a pagar em 2012 e um foi cancelado.

Tabela X – Convênios e destaque realizado em 2011

Convênio	Entidade	Evento	Beneficiados	Valor
761178/2011	Município de Caravelas	Realização da arena multi esportes na cidade de caravelas	3.000	R\$ 600.000,00
759473/2011	Confederação Brasileira do Desporto Escolar	Seminário de Desporto Escolar	490	R\$ 554.000,00
755414/2011	Confederação Brasileira do Desporto Escolar	22º Campeonato Mundial de Futebol de Campo Escolar	980	R\$ 1.878.116,00
755793/2011	Confederação Brasileira do Desporto Universitário	Participação da Delegação Brasileira na 26ª Universidade de Verão	200	R\$ 2.060.072,40
755576/2011	Faculdades Unidas do Norte de Minas	JONAFES 2011 - Ciências Exatas, Humanas, Sociais e da Saúde	2.000	R\$ 50.000,00
Destaque	Universidade Federal de Goiás	Seminário Esporte e Desenvolvimento	10.000	R\$ 746.144,77
Destaque	Jogos Universitários de Juiz de Fora e Intermed Minas 2011	Universidade Federal de Juiz de Fora	2.500	R\$ 172.288,72
759474/2011	Confederação Brasileira do Desporto Escolar	XVII Jogos Sulamericanos Escolares	216	R\$ 968.234,00
Cancelado	PM de Goiana	Olimpíadas esportivas interescolares	2.830	R\$ 200.000,00

No exercício de 2011 também foi empenhado o Campeonato Pernambucano Escolar, por meio de emenda parlamentar no valor e R\$ 200.000,00, beneficiando cerca de 4.320 pessoas.

Ação: 8360 – Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacional

Durante o exercício de 2011 foram empenhados 03 eventos, beneficiando cerca de 6.200 pessoas, porém conforme metodologia do SIGPLAN, já dito nas ações acima, foi considerada somente os eventos pagos em 2011, o qual beneficiou 5.800 pessoas, atingindo a meta em 114%.

Tabela X – Convênios, contratos e destaque realizado em 2011

Convênio	Entidade	Evento	Beneficiados	Valor
756147/2011	Universidade Estadual de Maringá	IV Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte	800	R\$ 125.231,40
Contrato	Seminário em Goiânia	HWC Empreendimentos	5.000	R\$ 35.581,89
Destaque	Universidade Federal de Pelotas	Simpósio Nacional de Educação Física	400	R\$ 10.780,00

Quanto à meta de realização de 21 eventos para 2011 não foi atingida considerando que o valor orçamentário de cada projeto aprovado na chamada pública tem uma característica, ou seja, cada evento tem um valor orçamentário diferente. Em 2011 como nos anos anteriores, optou por apoiar os eventos das confederações CDBE e CDBU de forma a fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional e universitário.

Ação: 8238 – Participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades esportivas nacionais e internacionais

Registra que durante o exercício de 2011 a ação 8238 não foi executada devido a insuficiência de limites disponibilizados para empenho.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

A baixa execução da meta física da ação 4377 em 2011 como em todos os outros exercícios está associada às dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício quanto à liberação dos recursos financeiros. O momento da liberação dos recursos também dificulta a execução das ações, visto que a maior parte dos recursos orçamentários para celebração de novas parcerias ocorre geralmente no último bimestre de cada ano, dificultando que o repasse financeiro seja realizado no mesmo ano de formalização do convênio por não haver tempo hábil para o processamento.

A ação 8238, conforme já dito acima não teve execução orçamentária em 2011, por contas por conta dos limites disponibilizados para empenho.

c) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

A mudança nas Diretrizes da ação de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, realizadas pela gestão do PST de não mais financiar a ação de reforço alimentar, levou a redução significativa do custo médio anual de beneficiados, associada ao fortalecimento da ação intersetorial junto ao MEC, possibilitou a ampliação do número de alunos atendidos pelo PST no Programa Mais Educação de 329 mil em 2010 para mais de 1 milhão em 2011, não apenas triplicando o número, como também qualificando a execução da Política de Esporte Educacional.

d) Ações Prioritárias na LDO

Com a qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, em 2011, a ação 4377, prioritária da LDO, possibilitou o funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional em mais de 2.051 municípios, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Nesse período, estiveram vigentes 435 parcerias, sendo 58 com o Governo Federal, 25 com Governos Estaduais,

A.3.3 Programação das Despesas de Capital

Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		4.422.041,00				
	PLOA		4.422.041,00				
	LOA		4.422.041,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			4.422.041,00				

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		209.404.034,00				
	PLOA		209.404.034,00				

	LOA		224.604.034,00		4.422.041,00		
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados			9.934.880,00			
Outras Operações							
Total			224.604.034,00		4.422.041,00		

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação Crédito	da de	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153052	27.812.8028.2626.0001			746.144,77
		153061	27.812.8028.2626.0001			172.288,72
		110407	27.812.8028.4377.0001			1.371.681,87
		153019	27.812.8028.4377.0001			177.473,96
		153028	27.812.8028.4377.0001			189.900,00
		153037	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153045	27.812.8028.4377.0001			189.673,97

		153046	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153052	27.812.8028.4377.0001			165.900,00
		153061	27.812.8028.4377.0001			1.992.600,00
		153062	27.812.8028.4377.0001			182.782,64
		153063	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153079	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153080	27.812.8028.4377.0001			189.899,12
		153114	27.812.8028.4377.0001			18.505.521,88
		153115	27.812.8028.4377.0001			70.158,00
		153164	27.812.8028.4377.0001			189.900,00
		153278	27.812.8028.4377.0001			62.250,00
		154040	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		154045	27.812.8028.4377.0001			107.650,00
		154047	27.812.8028.4377.0001			107.533,70
		154051	27.812.8028.4377.0001			189.568,04
		154054	27.812.8028.4377.0001			18.484,03
		154069	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		154080	27.812.8028.4377.0001			221.500,00
		154503	27.812.8028.4377.0001			7.867,49

		158121	27.812.8028.4377.0001			17.221,34
		158122	27.812.8028.4377.0001			11.288,00
		158127	27.812.8028.4377.0001			19.858,48
		158129	27.812.8028.4377.0001			28.996,42
		158133	27.812.8028.4377.0001			58.659,60
		158137	27.812.8028.4377.0001			37.939,45
		158145	27.812.8028.4377.0001			52.974,69
		158146	27.812.8028.4377.0001			25.299,52
		158149	27.812.8028.4377.0001			39.800,00
		154047	27.812.8028.8360.0001			10.780,00
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação	da	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 Investimentos	- 5- Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Análise crítica

O quadro acima detalha a movimentação orçamentária por meio de descentralização de créditos recebidos e concedidos. Quanto aos créditos concedidos, a grande maioria foi à conta de dotações da Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, para atendimento a parcerias com Universidades Federais e Institutos Federais.

A.3.4 Execução Orçamentária da Despesa

Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2011	2010	2011
Licitação		37.635.600,37		27.041.130,05
Convite		36.712,50		25.462,50
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		37.595.287,87		27.012.067,55
Concurso		3.600,00		3.600,00
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas		2.112.615,18		1.399.168,57
Dispensa		2.024.195,18		1.310.982,57
Inexigibilidade		88.420,00		88.186,00
Regime de Execução Especial		1.500,00		1.500,00
Suprimento de Fundos		1.500,00		1.500,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros		153.972.872,51		37.910.751,62

Demais elementos do grupo		4.873.963,99		4.873.963,99		3.383.826,27		1.422.157,72
---------------------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------	--	--------------

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

O orçamento de 2011 não previu despesas de capital, o que se manteve na execução orçamentária, justificando a não apresentação do quadro A.2.10.

Análise Crítica item A.3.4 (Quadros A.2.8 e A.2.9)

No exercício de 2011, em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento ou modificação da ação não houve alterações significativas na execução orçamentária do Programa de forma a provocar impacto negativo ou positivo na referida execução.

Cabe destacar que alguns impactos negativos são gerados devido ao contingenciamento orçamentário realizado com frequência em todos os exercícios durante os primeiros meses do ano, originando acúmulo na celebração de novas parcerias, as quais acabam ocorrendo geralmente no último bimestre de cada ano, no ato da liberação da maioria dos recursos orçamentários cujo impacto financeiro ocorrerá a partir de 2012.

Quanto à gestão orçamentária do Programa Vivência e Iniciação Esportiva, destaca-se que a maior concentração de valores empenhados e pagos corresponde às despesas relativas à ação de funcionamento de núcleos de esporte educacional, na modalidade “contratação outros” que se refere a convênios e termos de cooperação e ao pregão correspondente à aquisição de materiais esportivos, uniformes e logística para desenvolvimento das ações nos núcleos. Destaca-se ainda que a maior parte das despesas foi classificada no elemento de despesa 41, decorrente das celebrações de convênios.

A diferença entre os RP não processados e os valores pagos justifica-se pela insuficiência de limites financeiros disponibilizados para pagamento de todas as despesas aptas a receber os referidos recursos, pela inadimplência fiscal dos convenientes junto ao SIAFI e também pelo atraso por parte do conveniente no cumprimento de algumas diretrizes determinadas pelo Programa para liberação da segunda parcela. Porém, cabe destacar que o montante de RP causa efeitos negativos na execução financeira do exercício seguinte.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Em 2011 não houve nenhum crédito recebido pela UJ.

Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913
Convênios e Contratos de Repasse	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913

A.3.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da								
3 – Outras Despesas	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913	4.403.520	0	0	2.999.913
41 - Contribuições	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913	4.403.520	0	0	2.999.913
Demais elementos do grupo								

A.3.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Durante o exercício de 2011 não houve nenhuma despesas de capital.

A.3.7 Indicadores Institucionais

Com a reestruturação e a discussão do novo PPA, a Secretaria está organizando seus indicadores para melhoria da implementação da política pública.

Em 2011, além de dar continuidade a aferição dos indicadores apresentados nos Relatórios de Gestão de anos anteriores, para atender ao critério da estabilidade – “capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações”, essa Secretaria iniciou o processo de transição para a nova estrutura, organizando seu planejamento

estratégico e novos indicadores como forma de aprimorar não só a mensuração dos resultados do programa, mas também na construção da política pública de esporte.

A avaliação está sendo direcionada para duas ações: uma primeira relacionada aos indicadores de resultados, onde está em elaboração o mapeamento dos processos da Secretaria, acrescentando as novas atribuições trazidas pelo Decreto nº 7529 de 21 de julho de 2011, e a inclusão de indicadores de resultados no sistema de monitoramento em implementação. Outra frente está na manutenção dos indicadores de satisfação, alcance dos resultados e impactos do programa junto aos beneficiados, incorporando elementos da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo realizada em 2010, alcançando critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Por fim, a incorporação de indicadores gerenciais, permitindo a tomada de decisões em tempo hábil para o aperfeiçoamento do Programa.

O “MANUAL OPERACIONAL DE EXTRAÇÃO (CONSTRUÇÃO) DOS INDICADORES – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO” (Anexo 5), base para o desenvolvimento do Sistema de Indicadores do Programa Segundo Tempo (SISind), subsidiara a tomada de decisão, pois contempla diversos indicadores, a exemplo da focalização territorial e frequência do beneficiado.

Para viabilizar a implementação dos indicadores previstos no Manual Operacional de Extração (construção de indicadores), com a correção da sistemática de mensuração dos resultados alcançados no Programa Segundo Tempo – atendendo ao critério da confiabilidade metodológica, já está em curso a "Execução de Projeto e Desenvolvimento de sistema informatizado" com a capacidade de integra-se, receber automaticamente informações dos demais sistemas e organizá-las objetivando a composição de dados para os indicadores quantitativos e qualitativos.

Como passo inicial do SISind, a partir de estudos efetuados entre a Secretaria e a CGU, ainda em 2011, foi implantada a rotina de geração de pontuação com indicadores de desempenho através das avaliações in loco dos núcleos em cada um dos convênios, como outra ferramenta importante para subsidiar a tomada de decisão da gestão, contemplando elementos como a taxa de frequência dos beneficiados e a adequação aos princípios pedagógicos do PST no âmbito do Programa Segundo Tempo.

Trata-se de utilitário gerencial baseado no Instrumento de Coleta de Dados in loco, e embrião do SISind, que gera pontuação a partir de pesos preestabelecidos sobre as Avaliações in loco dos convênios, permitindo a avaliação de determinada parceria com base em critérios objetivos, dando início as rotinas de indicadores do Programa Segundo Tempo.

O Sistema de Indicadores será de fundamental importância ao acompanhamento gerencial do Programa Segundo Tempo e possivelmente dos demais Programas da Secretaria. A reestruturação da Secretaria e a Força Tarefa de análise de regularidade dos convênios com entidades em fins lucrativos atrasaram a incorporação do Manual Operacional de Indicadores ao SISind. Cabe ressaltar ainda que ha interdependência respectiva entre os sistemas de cadastro geral e de indicadores.

Conforme já mencionado nos Relatórios de Gestão de anos anteriores, além dos indicadores aferidos no SIGPLAN, que não traduzem a complexidade da execução do Programa, a gestão do PST nos últimos dois anos desenvolveu outra forma de calculo para aferição dos indicadores registrados no referido sistema que melhor expressão a realidade da execução física do PST em cada exercício, independente dos recursos financeiros. A metodologia de cálculo dos indicadores no SIGPLAN considera somente os convênios pagos no ano de formalização, enquanto que os índices apurados na tabela abaixo consideram todos os convênios vigentes em 2011, incluindo o Programa

Mais Educação. Entende-se como viável essa aferição, em função dos convênios plurianuais, que na maioria das vezes a execução física não se dá no mesmo exercício da liberação da primeira parcela. Os indicadores agregados de resultado consideraram dados populacionais do IBGE e INEP, conseqüentemente, todas as matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país como referência para o público do Programa.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos indicadores apresentados nos últimos Relatórios de Gestão da SNEED, além da metodologia de cálculo.

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens*	1,15%	2,00%	2,50%	2,11%	3,64%	3,57%	3,66%	4,16%	6,20%
Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros	11,23%	20,09%	17,67%	17,36%	25,66%	28,09%	27,28%	21,46%	36,86%
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas	44,15%	55,32%	58,51%	51,60%	61,17%	67,02%	72,34%	71,81%	80,85%

* Com base no quantitativo de beneficiados dos convênios vigentes durante o ano

Fontes das variáveis - indicador "taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens":

Variável X: número de beneficiados atendidos durante o ano

Variável Y: número de matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país no ano (INEP)

<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

Fontes das variáveis - indicador "taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros":

Variável X: número de municípios atendidos durante o ano

Variável Y: número de municípios do país (IBGE) <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

Fontes das variáveis - indicador "taxa e Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas":

Variável X: número de municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas atendidos durante o ano

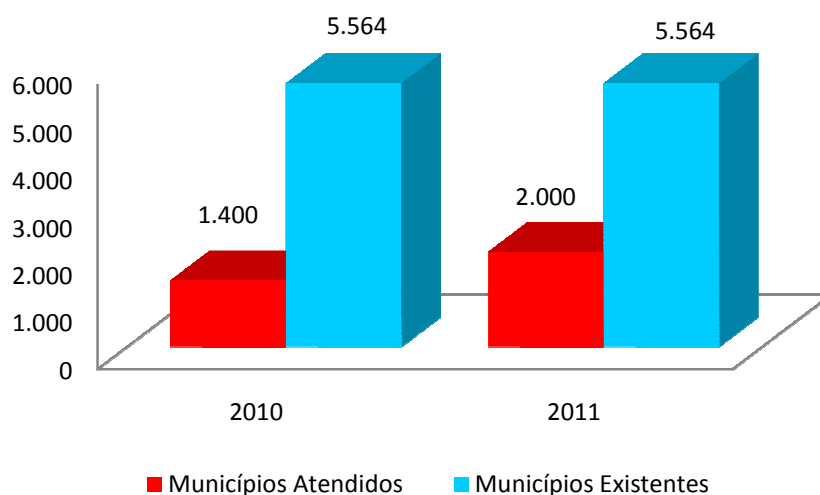
Variável Y: número de municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas (IBGE) - Organização: IBGE,

Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. Fonte: Legislações Federal e Estaduais

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

O não financiamento do reforço alimentar possibilitou o aumento da cobertura geográfica do Programa, conforme demonstram os indicadores apontados acima e o gráfico abaixo. Cabe destacar a ampliação do atendimento de 1.400 municípios em 2010 para mais de 2.000 municípios atendidos em 2011.

Gráfico de evolução geográfica do Programa.



B. Programa Esporte e Lazer da Cidade (2.3.1 a 2.4.7)

B.1 Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SNELIS.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	1250					
Denominação	PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE DA CIDADE					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões.					
Objetivos Específicos	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.					
Gerente	Afonso Barbosa					
Público Alvo	Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social.	01/12/2006	2,00	10,00	10,00	3,44
Fórmula de Cálculo do Índice: $1.040.100 / 30.227.122 = 3,44\%$						
Dividindo-se o número de beneficiados pelo Programa nas ações de funcionamento de núcleos (1.041.100) pelo número de pessoas das famílias contempladas no indicador de núcleo (30.227.122).						
Análise do Resultado Alcançado: Positivo						
Consideramos o resultado de 2011 como positivo, no que diz respeito ao orçamento empenhado, em função do contingenciamento e da reestruturação do Ministério do Esporte, e apesar da limitação do próprio indicador do Programa, que representa apenas duas ações do Programa.						

Fonte: SIGPLAN

B.2 Execução Física das Ações Realizadas Pela UJ

O exercício 2011 da SNDEL apresenta os seguintes resultados, enquanto metas físicas e financeiras, destacadas nos quadros a seguir:

METAS FÍSICAS 2011

Código da Ação	Previsto	Empenhado	Realizado (pago)	Indicador
8497	03	05	0	Obra editada
2426	28	06	03	Pesquisa realizada
2428	05	05	03	Evento realizado
2448	04	04	03	Instituição apoiada
2667	1.219.440	203.185	21.503	Pessoa beneficiada
2C60	91.800	14.514	14.514	Pessoa beneficiada
8473	182	2	0	Evento realizado
8284	350	78	78	Município atendido
2494	40	34	34	Etnia beneficiada

METAS FINANCEIRAS 2011

Código da ação	Nome da ação	Previsão inicial LOA 2011	Empenhos	Valores Pagos	%
2494	Realização dos Jogos dos Povos indígenas	1.500.000,00	1.292.955,15	1.292.955,15	86,20
2272	Gestão e Administração do Programa	3.542.713,00	3.501.328,51	3.440.143,77	98,83
2426	Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES	1.000.000,00	557.778,28	40.693,16	55,78
2428	Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer	800.000,00	529.597,50	135.597,50	66,20
2448	Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte – CEDIME	200.000,00	161.002,68	137.006,68	68,50
2667	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	43.887.410,00	5.079.642,54	537.595,52	11,57

2C60	Desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer a pessoas adultas e idosas - Vida Saudável	2.550.000,00	399.145,97	181.864,00	15,65
4641	Publicidade de utilidade publica	3.150.000,00	3.150.000,00	1.146.174,46	100
8284	Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer	350.000,00	100.000,00	100.000,00	28,57
8473	Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer	20.550.000,00	1.700.000,00	0	8,27
8497	Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer	100.000,00	100.000,00	0	100
	TOTAL (R\$)	77.630.123,00	16.571.504,63	7.012.030,24	21,35

* Ação 5450- Implantação e Modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – é de responsabilidade da secretaria executiva, e não foi somada neste quadro.

Principais ações do Programa

Resultados da Ação 2667: LOA + créditos 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	Limite utilizado (empenhos)	% execução*
Financeira (R\$)	43.887.410	537.595,52 1,22%	5.079.642,54	11,57
Física	1.219.440	21.503 1,76%	203.185	16,66

* Tendo por base os valores empenhados.

Programação nacional

Resultados da Ação 2667: Programação Nacional

Empenhados	12
Pagos (dos 12 empenhados)	5
Restos a Pagar	7

Em 2011, a ação 2667 possuía na Programação Nacional o valor de R\$ R\$ 7.575.370,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta reais), sendo que R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) foram provenientes de ajuste do Congresso Nacional, ligados a Emendas Parlamentares. Para definição da destinação dos R\$ 4.975.370,00 (quatro milhões, novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta reais) foi elaborado edital de

chamada pública, que não foi aberto por consequência do processo de reestruturação regimental do Ministério do Esporte e do contingenciamento de mais de 50% dos recursos desta Programação. A gestão do Programa optou então por firmar convênios com entidades públicas que já haviam tido seus projetos aprovados em editais anteriores e demonstrado boa execução do objeto.

Emendas

Resultados da Ação 2667: Emendas

Empenhados	02
Pagos (dos 2 empenhados)	00

O valor da Programação Nacional foi acrescido do valor das Emendas Parlamentares aprovadas, no total de R\$ 38.912.040,00 (trinta e oito milhões, novecentos e doze mil e quarenta reais). Inicialmente este recurso foi totalmente contingenciado, tendo um pequeno percentual liberado em dezembro de 2012, o que dificultou a execução devido à complexidade do processo de elaboração dos projetos, que demanda tempo e planejamento, que não foram disponíveis pela proximidade do final do exercício orçamentário.

Ressalta-se que devido à extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e às dificuldades enfrentadas no processo de transição as metas físicas do Programa não foram alimentadas e validadas de setembro a novembro de 2011. Em dezembro os números lançados estão aquém do real, o que justifica a divergência entre este relatório e os dados constantes no SIGPLAN. No tocante às metas físicas previstas, o cálculo realizado para as emendas parlamentares, no SIGPLAN, não é coerente com o utilizado para a Programação Nacional (4.000 beneficiados por núcleo, ao custo anual de R\$ 100.000,00), por isso não foi considerado no relatório.

A quantidade de emendas que indicaram recursos para o programa (89% do valor total do orçamento previsto) pode ser considerada um indicativo da efetividade da ação, ou seja, na medida em que a sociedade conhece o Programa, reconhece sua importância enquanto política social e passa a demandá-la junto aos parlamentares, em suas bases.

PELC PRONASCI

A parceria com o Ministério da Justiça, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) previa realização de edital de chamada pública para seleção de projetos, o qual chegou a ser discutido com os ministérios parceiros, mas não foi efetivado, por decisão do Ministério da Justiça. Para 2011, não houve indicação de orçamento para o Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer no PRONASCI, no entanto, foram pagos os 08 convênios de 2010 que se encontravam em restos a pagar.

Apesar da baixa execução física e orçamentária relacionada ao exercício orçamentário 2011, o Programa mantém-se em funcionamento, com uma média de 90 convênios, permanentemente em execução, beneficiando em torno de um milhão de pessoas. Estes dizem respeito a restos a pagar de 2010, que foram sendo pagos no exercício 2011.

No tocante aos custos do Programa, o valor per capita por um ano de participação nas atividades é de R\$ 25,00. Considerando-se que o cálculo de beneficiados resulta dos inscritos nas atividades regulares mais os participantes dos eventos, podemos afirmar que esse valor é extremamente baixo e a relação custo-benefício elevada.

Resultados da Ação 2C60 – PELC Vida Saudável: LOA + Créditos 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	Limite utilizado	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	2.550.000,00	181.864,00 7,13%	399.145,97	15,65
Física	91.800	6.612	14.514	15,81

Empenhados	02
Pagos (entre os empenhados)	02
Restos a Pagar	7

Em 2011, a ação 2C60 dispunha, em recursos da Programação Nacional, de um orçamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), os quais foram acrescidos de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em emendas parlamentares, totalizando uma previsão orçamentária de R\$ 2.550.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais).

Para definição da destinação dos recursos da Programação Nacional, foi elaborado edital de chamada pública, o qual não pode ser aberto por consequência do processo de reestruturação regimental do Ministério do Esporte e do contingenciamento de mais de 60% dos recursos desta Programação. A opção da gestão foi por firmar convênio com entidades públicas que já haviam tido seus projetos aprovados em editais anteriores e demonstraram boa execução do objeto; porém, considerando as questões já elencadas, apenas dois convênios foram firmados nesta ação, um com a Universidade Federal Fluminense e outro com a Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande/MS.

O valor das Emendas Parlamentares aprovadas para esta ação foi totalmente contingenciado, o que impediu a execução. Ressalta-se que devido à extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e às dificuldades enfrentadas no processo de transição as metas físicas do Programa não foram alimentadas e validadas de setembro a novembro de 2011, o que justifica a divergência entre este relatório e os dados constantes no SIGPLAN.

Apesar da baixa execução física e orçamentária relacionada ao exercício 2011, o Programa mantém-se em funcionamento com uma média de 10 convênios, permanentemente em execução. Estes dizem respeito a restos a pagar de 2010, que foram pagos no exercício 2011.

No tocante aos custos do Programa, o valor per capita por um ano de participação nas atividades é de R\$ 27,50. Considerando-se que o cálculo de beneficiados resulta dos inscritos nas atividades regulares mais os participantes dos eventos, podemos afirmar que esse valor é extremamente baixo e a relação custo-benefício elevada.

Resultados da Ação 8473 - Fomento de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	20.550.000,00	00	1.700.000,00	8,27
Física	182	00	2	1,09

A Ação 8473 - Fomento de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer é desenvolvida com a finalidade de viabilizar a realização de eventos e apoiar projetos de natureza interdisciplinar que contemplem as áreas do esporte e lazer de inclusão social, por meio de projetos e eventos que prevêm a ocupação do tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais, que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde. A LOA 2011 previu, na programação nacional, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dos quais R\$ 150.000,00 foram contingenciados. Além disso, a ação recebeu inicialmente R\$ 20.400.000,00 (vinte milhões e quatrocentos mil reais) em emendas parlamentares. Este valor sofreu um contingenciamento total, tendo pequena parcela liberada em dezembro de 2011.

Considerando os baixos valores da programação nacional, não foi realizado edital de seleção. Os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) liberados foram destinados, por decisão do Ministério, à Prefeitura de Campinas para apoio à realização da Virada Esportiva naquele Município; no entanto, o empenho foi cancelado uma vez que, no momento do pagamento, a Prefeitura encontrava-se inadimplente no SIAFI.

Com os recursos das emendas parlamentares foram empenhados dois convênios na ação: um com a Prefeitura de Quatro Barras e outro com a de Piracicaba, ambas de São Paulo.

A disparidade entre o previsto e o realizado enquanto meta física deve-se ao fato da mesa ter sido projetada calculando-se, como valor estimado, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por evento, o que não vem sendo observado nas indicações de emendas parlamentares, que priorizam eventos que demandam mais recursos (Prefeitura de Piracicaba – Show Nacional de Aeromodelismo – R\$ 1.200.000,00 e Prefeitura de Quatro Barras – Evento Circense – R\$ 500.000,00).

Resultados da Ação 2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução(empenhado)
Financeira (R\$)	1.500.000,00	1.292.955,15	1.292.955,15	86,20
Física*	40	34	34	85

* etnia beneficiada

A ação 2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas é parte do Programa 0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para 2011, houve uma previsão orçamentária na Programação Nacional de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), dos quais R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais) foram liberados.

Resultado da Ação 2426 – Fomento a Pesquisa para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – Rede CEDES – LOA 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	1.000.000,00	40.693,16	557.778,28 55,78%	4,06
Física*	28	03	06 21,46%	10,71

* pesquisa realizada

Sobre a REDE CEDES, esclarecemos que a baixa execução física e financeira do Edital deveu-se ao fato de que a autorização do mesmo somente ocorreu no segundo semestre de 2011, inviabilizando a celebração de convênios no mesmo ano.

Além disso, houve contingenciamento de 50% dos recursos no decorrer do ano, e a ausência de nomeação de direção e coordenação geral do departamento.

A Rede CEDES, desde a sua criação em 2004, já reuniu 63 Instituições de Ensino Superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e o Distrito Federal; agregou 103 Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq; financiou 149 pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Sociais e Humanas, por 153 pesquisadores coordenadores, 533 outros pesquisadores participantes, somando 329 postos de trabalho criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação, num investimento total de R\$ 4.367.015,93 (quatro milhões trezentos e sessenta e sete mil, quinze reais e noventa e três centavos) .

Resultados da Ação 2428 – Promoção de Eventos Científicos e Tecnológico voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte e de Lazer - LOA + emenda parlamentar 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	800.000,00	135.5973,50	529.500,00 66,20%	16,94%
Física*	05	03	05 100%	60%

* evento realizado

A LOA 2011 previu, na programação nacional, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dos quais parte foi contingenciada. A ação recebeu R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em emendas parlamentares, dos quais foram liberados recursos de duas emendas, que resultaram em 3 (três) convênios, sendo que 1 (um) foi pago em 2011, e os outros dois registrados em restos a pagar. Cabe registrar que a emenda parlamentar do Estado de Pernambuco tinha como meta física 1 evento no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A entidade indicada para receber os recursos foi a Secretaria de Esporte de Pernambuco, a qual solicitou que o valor da emenda fosse dividido para dois eventos científicos, cada um com o custo de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais), frutos da mesma emenda.

Além do contingenciamento, por conta do Decreto 7.568/2011 não foi possível o conveniamento da emenda parlamentar destinada ao Município de Salesópolis, uma vez que a modalidade de aplicação da mesma era 50, referente a entidade privada sem fins lucrativos, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Resultados da Ação 8284 – Desenvolvimento de Sistema Gestão Compartilhamento do Esporte e Lazer – LOA 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	350.000,00	100.000,00	100.000,00	28,57
Física*	350	78	78	22,29

* município atendido

Em relação à execução física e financeira, esclarecemos que a não execução de 100% do orçamento previsto na LOA deveu-se ao contingenciamento de boa parte dos recursos e à reestruturação do Ministério, que prejudicaram o alcance das metas previstas.

Ação 8497 – Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - 2º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	100.00,00	--	100.00,00	--
Física*	3	0	5	--

* obra editada

Ação 2448 - Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	200.000,00	137.006,68	161.002,68 80,50%	68,50
Física*	04	03	04	75

* instituição apoiada

Em relação à execução financeira, esclarecemos que não conseguimos executar 100% do orçamento previsto, uma vez que no ano de 2011 tivemos o contingenciamento dos recursos e devido à reestruturação do Ministério. Estes fatos prejudicaram o alcance das metas previstas.

B.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - PELC

Este grupo de demonstrativos está estruturado com informações sobre a programação orçamentária da despesa, execução orçamentária da despesa e indicadores institucionais.

Programação orçamentária das despesas: este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, incluindo os dados sobre despesas correntes, despesas de capital e movimentação orçamentária, organizados em quatro quadros:

B.3.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Esporte	51101	180002

B.3.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	Exercícios	1. Pessoal e Encargos Sociais		2. Juros e Encargos da Dívida		3. Outras Despesas Correntes	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
		LOA	Dotação proposta pela UO				

	PLOA							8.305.370,00
	LOA							64.172.410,00
CRÉDITOS	Suplementares							2.650.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							3.200.000,00
	Outras Operações							
Total							66.822.410,00	

Fonte: SIAFI

B.3.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida			
			Exercícios							
			2010	2011	2010	2011	2010	2011		
LOA	Dotação proposta pela UO			770.000,00						
	PLOA			770.000,00						
	LOA			5.365.000,00						
CRÉDITOS	Suplementares									
	Especiais	Abertos								
		Reabertos								
	Extraordinários	Abertos								
		Reabertos								
	Créditos Cancelados			2.800.000,00						
Outras Operações										

Total		5.365.000,00				
-------	--	--------------	--	--	--	--

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		8.305.370,00		770.000,00		
	PLOA		8.305.370,00		770.000,00		
	LOA		64.172.410,00		5.365.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		2.650.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		3.200.000,00		2.800.000,00		
	Outras Operações						
Total			66.822.410,00		5.365.000,00		

Fonte: SIAFI

Os limites orçamentários designados ao Programa estão muito aquém das necessidades. O significativo aumento da programação na LOA deve-se às emendas parlamentares, que refletem a demanda das bases sociais. Porém, a dificuldade de execução de orçamento baseado prioritariamente em emendas parlamentares, resulta na ação atrelada à liberação das emendas e à vontade política dos parlamentares, criando dificuldades para a estratégia de desenvolvimento da política pública.

No que diz respeito às despesas de capital, mais de 95% delas referem-se à ação 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer, que não está sob responsabilidade dessa Secretaria e, sim, da Secretaria Executiva. Outras informações encontram-se no texto desse relatório.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O quadro abaixo registra os valores da descentralização de créditos (destaques) concedidos e recebidos no exercício de 2011, relativos a ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade da Cidade, exceto a Ação 5450 que visa à implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte, cuja gestão é da Secretaria Executiva. No tocante aos créditos concedidos, tantos os de custeios quanto os do grupo de despesas de capital (investimentos), foram destacados em favor de Universidades Federais.

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - PELC

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153080	27.812.1250.2426.0001			32.400,00
		153163	27.812.1250.2426.0001			19.800,00
		153278	27.812.1250.2426.0001			334.365,72
		154045	27.812.1250.2426.0001			7.973,40
		154047	27.812.1250.2428.0001			5.597,50
		153052	27.812.1250.2448.0001			23.996,00
		153062	27.812.1250.2667.0001			439.030,00
		153164	27.812.1250.2667.0001			253.600,00
		158369	27.812.1250.2667.0001			539.987,86
		158466	27.812.1250.2667.0001			9.747,84
	153056	27.813.1250.2C60.0001			294.948,37	
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação		UG concedente ou	Classificação da ação	4 -	5- Inversões	6 – Outras Despesas de

de Crédito		recebedora		Investimentos	Financeiras	Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153080	27.812.1250.2426.0001			2.600,00
		153164	27.812.1250.2667.0001			30.000,00
		158369	27.812.1250.2667.0001			59.956,32
		153056	27.813.1250.2C60.0001			4.197,60
	Recebidos					

Análise Crítica

Os investimentos registrados no quadro A.2.7 – movimentação orçamentária por grupo de despesa, foram destinados a universidades federais selecionadas por meio de chamamento público ou por indicação parlamentar. Tais destaques orçamentários justificam-se por promover o fomento à pesquisa, realização de eventos científicos e tecnológicos, implantação de núcleos recreativos de esporte e de lazer e a qualificação do sistema de documentação de informação do ministério do esporte – CEDIME. Apesar do contingenciamento orçamentário, todas as ações previstas foram desenvolvidas e implementadas, impactando favoravelmente frente ao que foi planejado.

B.3.4 Execução Orçamentária das Despesas

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2011	2010	2011
Licitação		686.239,44		242.595,05
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		686.239,44		242.595,05
Concurso				
Consulta				

5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica item B.3.4 (quadro A.2.8, A.2.9 e A.2.10)

No exercício de 2011, inicialmente o valor da principal ação do Programa foi totalmente contingenciado, tendo um pequeno percentual liberado somente em dezembro de 2012, dificultando a execução devido à complexidade do processo de elaboração dos projetos, que demanda tempo e planejamento, que não foram disponibilizados pela proximidade do final do exercício orçamentário. O referido contingenciamento ocasionou um efeito negativo de forma a inviabilizar a formalização de novas parcerias, contribuindo para a não concretização das metas estipuladas.

Em relação ao quadro A.2.9, verifica-se uma maior concentração de recursos alocada no elemento de despesa 41.

Quanto ao quadro A.2.10, à secretária finalística somente cabe executar despesas no grupo de investimento, nos elementos Auxílios, Equipamentos e Material Esportivo.

Os quadros acima registram os valores executado por elemento de despesas no âmbito da programação da SNDEL, exceto as correspondentes à ação 5450, que visam à implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte e lazer, cuja gestão é da Secretaria Executiva.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

No exercício de 2011 não houve nenhuma despesa de créditos recebidos

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Contratos

No exercício de 2011 não houve nenhuma despesa de créditos recebidos

B.3.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

No exercício de 2011 não houve nenhuma despesa de corrente de créditos recebidos

B.3.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

No exercício de 2011 não houve nenhuma despesa de capital por créditos recebidos

B.3.7 Indicadores Institucionais

Indicador de desempenho: a seguir apresentamos o indicador documentado no SIGPLAN para a SNDEL, a saber:

I – Indicador: taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, elaborado em consonância com o PNAD/IBGE.

II – Tipo: finalístico

III – Fórmula de cálculo: número de pessoas atendidas/beneficiadas no Programa dividido pelo número de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento.

IV – Método de aferição: foi utilizado para cálculo da taxa de cobertura o indicador do PNAB/IBGE 2009, o qual aponta que atualmente no Brasil há 30.227.122 (trinta milhões, duzentos e vinte e sete mil, cento e vinte e duas) pessoas em famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento.

V – Área responsável pelo cálculo ou medição: Departamento de Políticas Sociais

VI – Resultado do indicador no exercício: Dividindo o número de beneficiados pelo Programa (considerando convênios pagos e empenhados em 2011) nas ações de funcionamento de núcleos, ou seja, 217.699 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e nove) pelo número de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento, 30.227.122 (trinta milhões, duzentos e vinte e sete mil, cento e vinte e duas), chegamos a uma taxa de cobertura de 0,72%. Com base neste indicador, o resultado de 2011 pode ser considerado como negativo, no que diz respeito à execução orçamentária e às metas físicas. Cumpre ressaltar que, quando considerados os convênios que estiveram em execução durante o ano de 2011, independente do exercício orçamentário de formalização, temos o equivalente a 1.041.100 (hum milhão, quarenta e um mil e cem beneficiados), o que eleva o índice do indicador para 3,44%. Este índice pode ser considerado como positivo, em função do contingenciamento e da reestruturação do Ministério do Esporte, e apesar da limitação do próprio indicador do Programa, que representa apenas duas ações do Programa.

VII – Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Os motivos que levaram à disparidade entre o previsto e o executado incluem:

a) contingenciamento dos recursos previstos do Programa, tanto da Programação Nacional quanto das emendas parlamentares. O caso das emendas foi mais significativo por representar a maior parcela do orçamento e ter tido apenas uma pequena parte dos recursos liberados. Considerando que esta liberação deu-se no final do exercício orçamentário 2011 não houve tempo hábil para elaboração dos projetos, análise e conveniamento;

b) mudanças estruturais no Ministério do Esporte que colocaram o Programa em outra Secretaria e reduziram a estrutura de recursos humanos em mais de 50%. Uma das consequências deste processo de reestruturação foi a impossibilidade de realização do edital de chamada pública, previsto para seleção de projetos a serem apoiados pelo Programa. Os convênios firmados foram renovações de convênios com parceiros selecionados em editais anteriores, cuja execução foi avaliada como muito boa. Por conta deste processo de reestruturação e do contingenciamento orçamentário também não foi possível realizar a reunião nacional de gestores, agentes, coordenadores, formadores e pesquisadores do Programa, prevista para junho de 2011;

c) publicação do decreto 7.592/2011, o qual exige realização de edital para conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos. O referido decreto atingiu especialmente as emendas parlamentares, uma vez que a maior parte delas destinava-se a este perfil de entidade.

VIII – Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas do insucesso neste indicador e responsáveis:

Apesar da baixa execução orçamentária podem-se ressaltar diversas ações no sentido de garantir que os objetivos do Programa continuem sendo perseguidos, tais como:

1. Realização de 118 visitas técnicas de monitoramento, nas quais prima-se pela formação dos gestores e agentes, no sentido de garantir a qualificação da execução do Programa.
2. Lançamento e distribuição das coletâneas Cadernos Interativos - elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo e Política intersetorial PELC/PRONASCI, as quais oferecem subsídios que contribuem com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer.
3. Implementação dos primeiros PELC indígenas, construídos e desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e cultura destes povos. Estão em funcionamento nas aldeias Xavante, Terena e Wai Wai. O primeiro PELC em presídio também está em implementação, procurando superar as dificuldades de acesso aos presídios para garantir o direito ao esporte e ao lazer a este público. As regiões rurais também começam a ser atendidas pelo PELC em convênios com as prefeituras e universidades.
4. Realização de 180 módulos de formação, capacitando 5.393 agentes sociais, coordenadores e gestores do Programa em 20 estados da federação, sendo 140 formações da ação 2667, PELC todas as idades e 14 do PRONASCI; e 26 da ação 2C60, Vida Saudável. Foram desenvolvidos 73 Módulos Introdutórios e 107 de Avaliação.
5. Realização de dois encontros de formadores, nos quais se discutiu o processo de formação e propostas de qualificação do Programa.
6. Desenvolvimento e implantação da plataforma on line Fórum PELC Projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade da Cidade, que permite a interação entre os formadores, gestores e coordenação do Programa.
7. Elaboração e distribuição de um material de orientação aos parlamentares, acerca das orientações para apresentação de emendas ao Programa.

A baixa execução financeira do Programa em 2011 não chegará a comprometer sua continuidade, uma vez que em 2011 foram pagos 59 convênios de 2010 que estavam inscritos em restos a pagar, os quais devem seguir em execução em 2012, quando será realizado novo edital de seleção de projetos.

C. Programa Pintando a Liberdade e Cidadania (2.3.1 a 2.4.7)

C.1 Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SNELIS.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1245		Denominação: Inclusão Social Pelo Esporte				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Waldemar Manoel Silva de Souza			Responsável: Waldemar Manoel Silva de Souza			
Público Alvo: Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
27.360.000,00	27.360.000,00	9.709.732,15	3.407.325,67	6.302.406,48	3.407.325,67	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto - O Programa não possui Indicador						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto - O Programa não possui Indicador						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto - O Programa não possui Indicador						

Análise do Resultado Alcançado**Texto - O Programa não possui Indicador**

Fonte: SIGPlan

C.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Os itens atinentes aos percentuais realizados das metas físicas relativas ao Programa devem ser analisados considerando-se, também, o quadro destinado a Restos a Pagar. Ou seja, dos valores orçamentários e financeiros disponibilizados para o exercício 2011, o Programa 1245 realizou 100% das metas.

As emendas parlamentares disponibilizadas na LOA/2011 para o estado da Bahia e para o Município de Itaboraí/RJ, respectivamente, Autor Daniel Almeida, no Valor da R\$ 260.000,00 de custeio e do Autor Eduardo Cunha, no valor de R\$300.000,00 de custeio, não foram executadas, uma vez que os valores disponibilizados para as despesas de custeios foram insuficientes para formalização de convênios e, também, não foram previstos recursos para despesas de capital.

Quadro demonstrativo de materiais esportivos liberados no exercício de 2011

UF	Itens Liberados	Indivíduos Assistidos	Liberações Realizadas	Entidades Beneficiadas
AC	7.109	12.440	4	3
AL	12.432	26.648	6	5
AM	31.847	83.880	43	42
AP	3.259	26.120	4	3
BA	35.300	166.305	169	161
CE	48.266	97.560	30	28
DF	71.440	484.913	154	107
ES	3.942	12.110	11	11
EX	1.562	28.535	16	15
GO	25.913	92.470	118	112
MA	3.415	26.170	48	47
ME	9.292	52.288	255	36
MG	70.142	292.636	244	234
MS	6.923	15.970	13	12
MT	6.530	38.660	51	50

PA	13.924	28.392	33	31
PB	14.859	124.684	184	180
PE	85.696	418.420	406	399
PI	17.654	77.240	62	60
PR	40.336	240.810	269	262

C.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

C.3.1 Programação Orçamentária da Despesa

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
1245 - Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania	51000	18000/00001

C.3.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						25.500.000,00
	PLOA						25.500.000,00
	LOA						26.060.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							26.060.000,00

C.3.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		1.000.000,00				
	PLOA		1.000.000,00				
	LOA		1.000.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			1.000.000,00				

Quadro A.2.6 - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		25.500.000,00		1.000.000,00		
	PLOA		25.500.000,00		1.000.000,00		
	LOA		26.060.000,00		1.000.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			26.060.000,00		1.000.000,00		

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	9.409.732,15	Σ	9.409.732,15	Σ	Σ	Σ	3.112.548,64
41 - contribuições		8.399.955,15		8.399.955,15		5.287.406,51		3.112.548,64
35 – serviços de consultoria		1.009.777,00		1.009.777,00		1.009.777,00		
48 – outros auxílios financeiros a Pessoa Física								
Demais elementos do grupo								

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

O orçamento de 2011 não previu despesas de capital, o que se manteve na execução orçamentária, justificando a não apresentação do quadro A.2.10.

Análise Crítica item C.3.4 (quadros A.2.8 e A.2.9)

No exercício de 2011, houve contingenciamento de aproximadamente 17 milhões de recursos orçamentários do Programa Pintando a Liberdade e Cidadania. O não dispêndio do orçamento ocorreu devido ao contingenciamento realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças/MP no início do exercício e ainda por insuficiência dos limites disponibilizados para empenho das despesas do Ministério do Esporte. Dessa forma, provocando a queda na celebração de convênios, quando comparado aos anos anteriores. Em 2011, apenas 02 convênios foram formalizados /renovados, causando a redução do quantitativo de materiais produzidos e no número de pessoas alocadas na fabricação dos referidos materiais.

C.3.5 Indicadores

Pessoas atendidas:

A fórmula para a obtenção dos números dos indicadores das duas ações (2362 e 2352) que compõem o Programa 1245 - Inclusão Social pelo Esporte foi desenvolvida pelos técnicos da CGMAT, no ano de 2008, com a periodicidade anual. Entretanto, ainda não foi oficializada pela Secretaria Executiva deste Ministério.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1.1 Programa Segundo Tempo

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	206.343,94		206.343,94	
2009	49.741,00			49.741,00
2008				
2007	456.990,00			456.990,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	93.327.337,40	3.316.336,24	58.422.281,54	31.588.719,62
2009	15.599.455,69	5.049.633,42	3.198.938,06	7.350.884,21
2008	8.689.269,55	2.500.611,28	2.299.923,41	3.888.734,86
2007	3.189.798,38	1.095.996,14		93.802,24
Observações:				

4.1.1.1 Análise Crítica

Os restos a pagar inscritos em 2011 referem-se aos convênios e termos de cooperação do Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional, celebrados em exercícios anteriores, nas ações de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, de Promoção de Eventos de Esporte Educacional, de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais, e de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais.

A maior parte dos empenhos inscritos em restos a pagar refere-se aos convênios de funcionamento de núcleos de esporte educacional celebrados no exercício de 2010. Analisando criticamente a execução orçamentária do Programa, e o volume de empenhos inscritos em restos a pagar, verifica-se que o valor é muito significativo. Isso se justifica em parte pelas dificuldades das

entidades parceiras, por questões de inadimplência que impedem o repasse ou pelo não cumprimento das exigências no prazo previsto para recebimento dos recursos, especificamente no caso de segundas parcelas, e em parte pelas dificuldades do próprio órgão quanto à disponibilidade de recursos financeiros para liquidação de alguns empenhos emitidos no exercício.

Como já abordado em relatórios anteriores, essa problemática tem ocorrido no final de todos os exercícios em função da liberação tardia do orçamento que acaba levando à efetivação do empenho apenas nos últimos dias do ano, o que prejudica, de forma significativa, a execução financeira do programa.

A estratégia utilizada pela UJ para pagamento dos RP refere-se à priorização da liberação das parcelas dos convênios aptos a receber e com a referida parcela em atraso, devido à insuficiência de recursos financeiros para pagamento de todos os RP na data prevista de liberação.

O impacto causado pela demanda de pagamento dos restos a pagar com recursos financeiros do exercício de referência causa o adiamento da liberação financeira da grande maioria das novas celebrações do ano em questão para o exercício seguinte.

Os RP que permanecem por mais de um exercício financeiro, ocorrem devido:

- à inadimplência das entidades convenentes no momento da liberação das parcelas;
- ao não cumprimento por parte dos convenentes dos requisitos estabelecidos pelo Programa para liberação da segunda parcela;
- à metologia de celebração de convênio do programa, onde a vigência dos convênios de funcionamento de núcleos do Segundo Tempo ultrapassa mais de um exercício.

A gestão dos RP é prejudicada pela insuficiência de recursos financeiros e pela inadimplência dos convenentes.

Destaca-se que a gestão dos empenhos e RP é responsabilidade da Secretaria-Executiva do Ministério, responsável pela elaboração do quadro A.4.1 apresentado, onde consta RP de convênios, termos de cooperação, contratos e outras ações, cabendo à Secretaria finalística somente o gerenciamento do acompanhamento dos convênios e termos de cooperação celebrados pelo Programa Segundo Tempo.

Durante o exercício de 2011 não houve nenhuma despesa de capital.

4.1.2 Programa Esporte e Lazer da Cidade

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	431.224,74	2.868,20	427.118,62	1.237,92
2009	108.810,95		104.610,95	4.200,00
2008				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	22.415.328,83	1.512.148,04	10.918.730,52	9.984.450,27
2009	1.056.370,51	647.564,78	388.953,79	19.851,94
2008	281.360,75	274.070,75	7.290,00	
2007	3.335.684,35	3.329.062,35	6.622,00	
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.1.2.1 Análise Crítica

O quadro acima registra os saldos dos empenhos Inscritos em Restos a Pagar ao longo dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, relativos a ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade da Cidade, exceto a Ação 5450 que visa a implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte recreativo e de lazer, cuja gestão é da Secretaria Executiva. Os valores refletem a gestão da Unidade frente a esses compromissos em 2011, ressaltando que o Decreto nº 7418, de 31 de dezembro de 2010, prorrogou até 30 de abril de 2011 os restos a pagar de 2007, 2008 e 2009. Salientamos que foram rescindidos 29 convênios de 2010 inscritos em Restos a Pagar, por decisão do Ministério do Esporte, com Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, tendo como referência o Decreto nº 7568, de 11 de setembro de 2011.

4.1.3 Programa Pintando a Liberdade e Cidadania

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010				
2009				

2008				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	10.779.712,34		10.779.712,34	
2009				
2008				
Observações:				

4.1.3.1 Análise Crítica

A execução foi efetiva porque foram todos pagos não restando nada para o exercício seguinte. No entanto, o atraso no pagamento teve impacto significativo na execução dos convênios, impedindo o início de produção dos materiais pactuados e em consequência atrasando a entrega dos produtos. Esse atraso impactou não apenas na execução dos convênios inscritos em RAP, mas também no suprimento dos convênios dos demais programas que prevêm a doação de materiais esportivos e uniformes.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS.

5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	0	13	1	1
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		13	1	1
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		13		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0	1	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		0		1
2 Servidores com Contratos Temporários				

3 Total de Servidores (1+2)	0	13	1	1
-----------------------------	---	----	---	---

5.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	

5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

5.1.3. Quantidade dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão	43	40	11	29
1.1 Cargos Natureza Especial				
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	43	40	11	29
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		11	2	4
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		7	1	1
1.2.4 Sem vínculo		22	8	23
1.2.5 Aposentado				1
2. Funções gratificadas	3	3	1	0
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	3	3	1	
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total de servidores em cargo e em função (1+2)	46	43	12	29

5.1.4. Qualificação do Quadro de pessoal da UJ segundo idade

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (nos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	14	5	9	1	2

1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	14	5	9	1	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	6	11	5	1	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	10	4		2
2.3. Funções gratificadas		1	1	1	
3. Totais (1+2)	20	16	14	2	4

5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	6	22	1	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					6	22	1	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	12	13	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					9	13			
2.3. Funções gratificadas					3				
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	18	35	1	1	1

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da UJ

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	6	22	1	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					6	22	1	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	12	13	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					9	13			
2.3. Funções gratificadas					3				
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	18	35	1	1	1

5.2.2 Demonstração das Origens da Pensões Paga pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2012

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	5	8	43.500,59
1.1. Área Fim	5	5	5	8	43.500,59
1.2. Área Meio	0	0	0	0	-
2. Nível Médio	3	3	3	4	13.186,31
2.1. Área Fim	3	3	3	4	13.186,31

2.2. Área Meio	0	0	0	0	-
3. Total (1+2)	8	8	8	12	56.686,90

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UJ

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	718.934,00	71.563,00	27.485,00	60.496,00	23.355,00				901.833,00
	2010	472.900,00	40.052,00	9.468,00	46.622,00	11.034,00	2.053,00			582.129,00
	2009	97.908,00	10.048,00	1.005,00	8.173,00	390,00	2.261,00			119.785,00
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	3.067,00	340,00	681,00	456,00	394,00				4.938,00
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
	2010		-							
	2009		-							
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	1.716.610,00	244.734,00	191.831,00	46.203,00	392.624,00	29.704,00	41.812,00		2.663.518,00
	2010	1.305.092,00	137.667,00	129.499,00	44.014,00	272.122,00	6.650,00	55.955,00		1.950.999,00
	2009	1.464.953,00	126.882,00	115.548,00	30.642,00	252.617,00	1.560,00	36.291,00		2.028.493,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	68.258,00	5.978,00	6.203,00	1.360,00	7.296,00	8.262,00			97.357,00

2010	58.180,00	3.058,00	6.465,00	2.708,00	7.296,00	5.424,00	2.766,00		794,00	86.691,00
2009										0,00

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Informação Intgra o Relatório Consolidado da SNEED/SNDEL

5.5.1. Informação Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.

Informação Intgra o Relatório Consolidado da SNEED/SNDEL

5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Não Houve.

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.

Não Houve.

5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

	Quantidades	Dias
Absenteísmo	47	276
Acidente de trabalho e doenças ocupacionais	0	0
Educação continuada	0	0
Disciplina	0	0
Aposentadoria versus reposição do quadro	1x0	0

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

6.1. Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

6.1.1 Programa Segundo Tempo

6.1.1.1 Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional									
CNPJ: 02.961.362/0001-74				UG/GESTÃO: 180002/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	736407/2010	7438591000122	219.300,00	18.500,00		100.400,00	01/07/10	07/09/12	1
1	736408/2010	3623963000130	2.342.550,00	51.950,00		1.145.300,00	30/06/10	29/06/12	1
1	737330/2010	7258970000130	501.500,00	64.300,00		218.600,00	30/06/10	16/03/12	1
1	737651/2010	45302130000117	231.428,00	30.628,00		100.400,00	30/06/10	22/05/12	1
1	737654/2010	46588950000180	2.680.244,16	629.944,16		1.025.150,00	30/06/10	29/09/12	1

1	737657/2010	82916818000113	1.827.592,08	170.992,08		828.300,00	02/07/10	15/02/13	1
1	738397/2010	91618439000138	430.351,00	72.000,00		179.175,00	29/06/10	30/06/12	1
1	738398/2010	46523072000114	475.729,16	117.329,16		179.200,00	29/06/10	15/07/12	1
1	738550/2010	3155926000144	736.749,32	106.366,92		315.191,20	30/06/10	14/02/13	1
1	738834/2010	44959021000104	1.030.720,80	181.491,84		424.614,48	26/06/10	06/09/12	1
1	739424/2010	1131713000157	303.700,00	24.400,00		139.650,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739426/2010	83102277000152	1.510.735,04	266.835,04		621.950,00	01/07/10	29/06/12	1
1	739427/2010	58200015000183	2.026.780,00	782.800,00		621.950,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739428/2010	7891674000172	959.540,00	110.600,00		424.470,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739430/2010	44531788000138	867.830,20	104.640,00		381.595,10	30/06/10	20/07/12	1
1	739431/2010	18159905000174	239.275,94	38.495,94		100.390,00	30/06/10	14/03/12	1
1	739432/2010	46522967000134	414.085,72	55.685,72		179.200,00	01/07/10	22/05/12	1
1	739434/2010	76020452000105	978.442,00	128.722,00		424.860,00	30/06/10	14/02/13	1
1	739435/2010	8348963000192	726.019,98	52.420,00		336.799,99	30/06/10	29/06/12	1
1	739437/2010	83102459000123	2.394.935,24	352.029,24		1.021.453,00	30/06/10	05/02/13	1
1	739439/2010	75688366000102	160.053,06	38.053,06		61.000,00	30/06/10	12/05/12	1
1	739441/2010	88372883000101	745.519,00	72.000,00		336.759,50	30/06/10	02/02/13	1
1	739519/2010	44215846000114	501.993,60	64.793,60		218.600,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739534/2010	31844889000117	256.229,92	55.429,92		100.400,00	30/06/10	22/05/12	1
1	739535/2010	18279067000172	237.981,60	37.640,00		100.170,80	30/06/10	14/07/12	1
1	739536/2010	22680672000128	126.839,80	4.850,00		60.994,90	30/06/10	12/05/12	1
1	739700/2010	28916716000152	504.800,00	67.600,00		218.600,00	31/11/10	30/05/12	1
1	739708/2010	45731650000145	497.760,00	62.300,00		217.730,00	30/06/10	29/06/12	1
1	740262/2010	3439239000150	1.253.048,00	87.948,00		582.550,00	30/06/10	29/06/12	1
1	740266/2010	8357618000115	560.919,00	44.920,00		257.999,50	30/06/10	29/06/12	1
1	740312/2010	8148553000106	496.110,00	58.910,00		218.600,00	30/06/10	29/06/12	1
1	740365/2010	27142058000126	1.739.619,69	416.949,49		661.335,10	01/07/10	14/02/13	1
1	740366/2010	8153454000104	323.710,00	44.110,00		139.800,00	30/06/10	30/01/13	1
1	740367/2010	8778326000156	2.933.402,00	155.652,00		1.388.875,00	30/06/10	12/10/12	1
1	740444/2010	44892693000140	2.050.878,40	394.278,40		828.300,00	31/12/10	30/06/12	1
1	740447/2010	46189718000179	539.700,42	102.560,42		218.570,00	01/07/10	14/07/12	1

1	740451/2010	75687681000107	198.551,58	37.157,58		80.697,00	30/06/10	14/02/13	1
1	740495/2010	16899700000108	144.687,20	22.800,00		60.943,60	30/06/10	29/06/12	1
1	741081/2010	88546890000182	450.400,00	23.200,00	213.600,00		30/06/10	07/06/12	1
1	741082/2010	2125227000199	239.096,00	38.400,00		100.348,00	30/06/10	22/05/12	1
1	741087/2010	76206606000140	997.662,40	147.820,00		424.921,20	30/06/10	29/06/12	1
1	741096/2010	46523155000103	268.461,22	67.661,22		100.400,00	01/07/10	30/03/13	1
1	741103/2010	8110439000189	230.310,00	29.510,00		100.400,00	30/06/10	29/06/12	1
1	741468/2010	45226214000119	494.578,10	57.478,10		218.550,00	25/06/10	29/06/12	1
1	741469/2010	13825476000103	151.276,00	29.320,00		60.978,00	30/06/10	12/05/12	1
1	741471/2010	88587183000134	229.031,20	28.240,00		100.395,60	01/07/10	23/05/12	1
1	741530/2010	34671016000148	149.810,00	27.810,00		61.000,00	30/06/10	12/05/12	1
1	741836/2010	8079402000135	409.910,00	51.510,00		179.200,00	01/07/10	12/07/12	1
1	742847/2010	12200135000180	2.351.204,74	300.604,74		1.025.300,00	01/07/10	28/02/13	1
1	742849/2010	1067479000146	2.383.759,10	412.279,74		985.739,68	01/07/10	29/06/12	1
1	742858/2010	20920575000130	227.360,00	26.560,00		100.400,00	30/06/10	22/05/12	1
1	742862/2010	8153819000109	237.510,00	36.710,00		100.400,00	01/07/10	09/10/12	1
1	742865/2010	6082820000156	307.349,46	29.403,66		138.972,90	30/06/10	29/06/12	1
1	742896/2010	1612380000188	237.510,00	36.710,00		100.400,00	30/06/10	17/07/12	1
1	742897/2010	8357667000158	237.510,00	36.710,00		100.400,00	01/07/10	29/06/12	1
1	743597/2010	71989685000199	150.910,00	28.920,00		60.995,00	01/07/10	14/07/12	1
1	743811/2010	8365017000154	14.814.300,00	2.970.600,00		5.921.850,00	30/06/10	12/01/13	1
1	745182/2010	32415283000129	302.200,00	22.600,00		90.200,00	31/12/10	30/06/12	1
1	749953/2010	18431155000148	147.428,00	25.440,00		60.994,00	10/12/10	23/02/13	1
1	750903/2010	13128780003702	1.207.753,10	70.653,10		568.550,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750910/2010	45157104000142	317.700,00	44.100,00		136.800,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750913/2010	76206499000150	236.235,76	39.435,76		98.400,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750914/2010	14109763000180	705.369,60	86.169,60		309.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750953/2010	10404184000109	429.560,00	40.760,00		194.400,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750955/2010	8148421000176	258.660,00	23.460,00		117.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750956/2010	7675908000144	450.384,00	23.184,00		213.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750957/2010	92399211000167	221.973,36	25.173,36		98.400,00	31/12/10	30/06/12	1

1	751945/2010	18715383000140	5.884.271,58	736.971,58		2.573.650,00	31/12/10	31/01/13	1
1	751946/2010	7954605000160	2.508.573,33	545.373,33		981.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	751969/2010	78640489000153	123.600,88	25.684,48		48.958,20	31/12/10	14/07/12	1
2	Destaque/ Capacitação	153114/15235	39.158.216,88	0,00	18.505.521,88		01/06/08	31/12/12	1
2	Destaque	153062/15229	365.568,80	0,00	135.189,72	23.531,10	12/08/10	13/12/12	1
1	717508/2009	04477600000104	124.408,40	24.910,00		49.749,20	24/12/09	23/06/12	2
1	717891/2009	07911696000157	778.210,00	91.810,00		343.200,00	31/12/09	30/06/12	2
1	718222/2009	07974082000114	1.794.100,15	175.800,15		809.150,00	14/12/09	13/06/12	2
1	722288/2009	45371820000128	333.080,00	43.080,00		145.000,00	31/12/09	19/02/13	2
1	723429/2009	46522983000127	228.540,00	33.790,00		97.375,00	30/12/09	24/11/12	2
1	723931/2009	29131075000193	1.804.043,00	149.793,00	827.125,00		31/12/09	01/03/12	1
1	724192/2009	13607213000128	180.800,00	21.800,00		79.500,00	28/12/09	27/06/12	1
1	725589/2009	14212872000128	190.615,20	90.615,20		50.000,00	31/12/09	04/09/12	2
1	726185/2009	01380004000105	1.307.758,48	113.358,48	298.600,00		31/12/09	24/11/12	1
1	726209/2009	23467889000117	162.025,50	30.775,50		65.625,00	31/12/09	02/07/12	2
1	760353/2011	44959021000104	183.476,67	73.236,00		55.120,34	28/12/11	28/06/13	1
1	761287/2011	03063416000147	101.142,74	11.000,00		45.071,37	28/12/11	28/06/13	1
1	761181/2011	00470127000174	327.866,40	66.156,00		130.855,20	28/12/11	28/06/13	1
1	760466/2011	05058441000168	134.311,34	25.500,00		54.405,67	28/12/11	28/06/13	1
1	760089/2011	87246120000151	145.277,48	34.629,00		55.324,24	27/12/11	27/06/13	1
1	760352/2011	16726028000140	150.902,55	42.750,00		54.076,28	27/12/11	27/06/13	1
1	761164/2011	05470294000139	374.650,16	37.670,00		168.490,08	01/12/11	01/06/13	1
1	761179/2011	46482865000132	114.980,51	24.219,20		45.380,66	01/12/11	01/06/13	1
1	761288/2011	29131075000193	172.190,94	63.090,00		54.550,47	28/12/11	28/06/13	1
1	761286/2011	82538851000157	139.538,70	32.005,00		53.766,85	28/12/11	28/06/13	1
1	761556/2011	76206606000140	138.242,00	45.100,00		46.571,00	28/12/11	28/06/13	1
1	757947/2011	18715391000196	1.962.700,00	160.000,00		901.350,00	27/12/11	27/02/14	1
1	757954/2011	07412119000110	6.652.098,24	1.528.398,24		2.561.850,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758655/2011	27167477000112	366.850,00	17.200,00		174.825,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759275/2011	18128207000101	659.613,00	61.263,00		299.175,00	27/12/11	27/02/14	1

1	759279/2011	14217327000124	370.473,60	51.873,60		159.300,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759551/2011	10377679000196	3.465.427,66	998.527,66		1.233.450,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759785/2011	19875046000182	481.712,00	38.612,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760033/2011	06554869000164	1.921.425,40	118.725,40		901.350,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760059/2011	05182233000176	385.036,60	66.436,60		159.300,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760469/2011	17709197000135	231.000,00	5.550,00		112.725,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760472/2011	18241745000108	684.130,43	54.730,43		314.700,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760074/2011	13323001000119	5.158.549,60	1.673.749,60		1.742.400,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759786/2011	28636579000100	2.569.688,00	102.788,00		1.233.450,00	28/12/11	28/02/14	1
1	761186/2011	05506465000132	5.693.730,00	570.030,00		2.561.850,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759272/2011	11030772000192	1.720.686,40	73.236,40		823.725,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759849/2011	16417784000198	198.376,00	3.976,00		97.200,00	30/12/11	01/03/14	1
1	760475/2011	18338194000103	135.099,60	2.799,60		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760091/2011	26857516000140	3.134.000,00	313.400,00		1.410.300,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757949/2011	79887261000125	894.699,84	97.899,84		398.400,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760020/2011	07616162000106	830.000,00	33.200,00		398.400,00	30/12/11	01/03/14	1
1	758652/2011	45148699000170	104.589,80	3.339,80		50.625,00	30/12/11	28/02/14	1
1	757611/2011	10091536000113	481.640,00	38.540,00		221.550,00	30/12/11	28/02/14	1
1	757615/2011	87849923000109	481.708,70	38.608,70		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757953/2011	46634259000195	366.132,00	16.482,00		174.825,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758184/2011	18008870000172	137.600,00	5.300,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758186/2011	01613283000100	104.055,00	2.805,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758187/2011	77356665000167	137.812,54	5.512,54		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758188/2011	03347101000121	461.570,00	18.470,00		221.550,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758210/2011	25223850000180	136.600,00	4.300,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758643/2011	06553887000121	267.780,00	11.280,00		128.250,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758669/2011	18684217000123	103.370,00	2.120,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759274/2011	06554166000136	105.314,00	4.064,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759277/2011	29138377000193	621.344,00	116.144,00		252.600,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759278/2011	18307496000106	104.600,00	3.350,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759280/2011	06554877000100	138.220,00	5.920,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1

1	759281/2011	06554356000153	234.850,00	9.400,00		112.725,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759282/2011	01612489000115	168.050,00	4.700,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759284/2011	07620701000172	369.279,00	19.629,00		174.825,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759285/2011	18133439000158	122.390,00	21.140,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759471/2011	18404780000109	153.720,00	21.420,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759537/2011	06553937000170	300.710,00	13.160,00		143.775,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759547/2011	16901381000110	104.200,60	2.950,60		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759550/2011	03501574000131	328.349,00	9.749,00		159.300,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759689/2011	18017467000100	136.273,47	3.973,47		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759779/2011	18025957000158	169.758,00	6.408,00		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759782/2011	13233036000167	105.250,00	4.000,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759783/2011	06553861000183	461.900,00	18.800,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759788/2011	07598618000144	168.165,00	4.815,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759789/2011	18457291000107	166.874,00	3.524,00		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759790/2011	13982632000140	135.000,00	2.700,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759792/2011	24996969000122	611.947,20	44.647,20		283.650,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759985/2011	13896725000151	166.842,00	3.492,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759992/2011	06554760000127	168.990,00	5.640,00		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759994/2011	13225131000119	108.850,00	7.600,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760000/2011	65042855000120	135.245,00	2.945,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760001/2011	87530978000143	211.304,35	16.904,35		97.200,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760012/2011	95640652000105	104.752,00	3.502,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760015/2011	76245059000101	104.151,00	2.901,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760019/2011	06553747000153	138.220,00	5.920,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760036/2011	29111093000103	198.380,00	3.980,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760038/2011	06554406000100	461.900,00	18.800,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760046/2011	44428506000171	260.479,05	97.129,05		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760067/2011	45685872000179	461.600,40	18.500,40		221.550,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760072/2011	08078958000107	104.600,00	3.350,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760073/2011	75793786000140	135.025,83	2.725,83		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760086/2011	41563628000182	238.200,00	12.750,00		112.725,00	27/12/11	27/02/14	1

1	760088/2011	01611137000145	105.250,00	4.000,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760090/2011	28919637000103	201.060,00	6.660,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760201/2011	06554943000142	172.230,00	8.880,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760223/2011	01612566000137	105.314,00	4.064,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760474/2011	76238435000130	103.342,00	2.092,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760014/2011	01613121000171	103.828,40	2.578,40		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760024/2011	08154015000116	105.730,00	4.480,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760026/2011	13607346000102	104.930,00	3.680,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759542/2011	06554737000132	201.920,00	7.520,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760021/2011	05105135000135	202.723,00	8.323,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760093/2011	18338186000159	167.460,00	4.110,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	761180/2011	76247352000108	135.100,00	2.800,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760095/2011	01217538000115	463.464,00	20.364,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760078/2011	45358249000101	481.630,40	38.530,40		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760025/2011	49979255000137	208.069,40	13.669,40		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760470/2011	78200110000194	103.850,00	2.600,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760465/2011	07726540000104	262.000,00	5.500,00		128.250,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760202/2011	12243697000100	269.790,00	13.290,00		128.250,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760084/2011	87613220000179	106.542,83	5.292,83		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760083/2011	12332995000177	136.707,88	4.407,88		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757955/2011	48664304000180	200.270,00	5.870,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759780/2011	13769021000118	136.275,00	3.975,00		66.150,00	30/12/11	01/03/14	1
1	759273/2011	06554786000175	360.930,00	11.280,00		174.825,00	30/12/11	01/03/14	1
1	759784/2011	16416521000164	136.100,00	3.800,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760010/2011	46694121000181	137.600,00	5.300,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759781/2011	08110884000149	105.730,00	4.480,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758182/2011	29138344000143	149.230,43	16.930,43		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760256/2011	28741098000157	204.400,00	10.000,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758189/2011	14105704000133	140.412,50	8.112,50		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760087/2011	44494136000170	135.000,00	2.700,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760077/2011	01611138000190	103.370,00	2.120,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1

1	760027/2011	18338152000164	105.250,00	4.000,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759535/2011	06554414000149	201.920,00	7.520,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760157/2011	88566872000162	299.531,25	11.981,25		143.775,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760082/2011	05470294000139	2.499.500,00	249.950,00		1.124.775,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760081/2011	13937123000103	2.596.493,00	793.793,00		901.350,00	28/12/11	28/02/14	1
1	Destaque	153061/15228	1.802.700,00	0,00		1.802.700,00	05/12/11	23/01/14	1
1	Destaque	158145/26427	132.300,00	0,00		132.300,00	02/12/11	20/01/14	1
1	Destaque	154080 / 15277	443.100,00	0,00		443.100,00	22/11/11	10/01/14	1
1	758661/2011	18125120000180	200.600,00	6.200,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757612/2011	13988308000139	830.000,00	33.200,00		398.400,00	27/12/11	27/02/14	1
1	757613/2011	10358190000177	1.379.843,75	55.193,75		662.325,00	27/12/11	27/02/14	1
1	757619/2011	13894878000160	1.010.040,00	89.040,00		460.500,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758183/2011	18125146000129	231.320,00	5.870,00		112.725,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758212/2011	94436474000124	136.273,47	3.973,47		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758664/2011	07954480000179	17.363.000,00	1.736.300,00		7.813.350,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759270/2011	01612383000111	135.740,00	3.440,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759286/2011	19718360000151	156.539,50	24.239,50		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760476/2011	07798886000100	4.899.206,36	594.956,36		2.152.125,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758215/2011	07158647000195	1.503.258,00	395.958,00		553.650,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757620/2011	05793590000170	6.894.000,00	752.400,00		3.070.800,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757618/2011	87990800000185	482.604,41	39.504,41		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757614/2011	19876424000142	608.843,40	165.743,40		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757617/2011	08357600000113	264.195,00	7.695,00		128.250,00	30/12/11	28/02/14	1
2	Destaque	153037/15222	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	154039/26270	82.250,00	0,00		82.250,00	05/12/11	05/02/14	1
2	Destaque	158092/26351	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	103045/26233	189.900,00	0,00		189.900,00	30/11/11	30/12/13	1
2	Destaque	154040/26271	82.250,00	0,00		82.250,00	29/11/11	29/01/14	1
2	Destaque	153046/15225	82.250,00	0,00		82.250,00	30/11/11	30/12/13	1
2	Destaque	153052/15226	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154041/26272	189.900,00	0,00		189.900,00	30/11/11	30/01/14	1

2	Destaque	153032/15251	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154069/15276	82.250,00	0,00		82.250,00	30/11/11	30/01/14	1
2	Destaque	153061/15228	189.900,00	0,00		189.900,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153278/15229	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154051/15268	189.900,00	0,00	165.900,00	24.000,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153028/15248	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154054/15269	82.250,00	0,00	1.350,00	80.900,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	154045 / 15262	107.650,00	0,00		107.650,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153063/15230	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153065/26240	82.250,00	0,00		82.250,00	30/11/11	30/01/14	1
2	Destaque	158195/26252	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153165/26248	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153080/15233	189.900,00	0,00	23.999,12	165.900,88	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153079/26241	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/02/14	1
2	Destaque	153019 / 15246	189.900,00	0,00	3.196,00	186.704,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153166/26249	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153115/15236	82.250,00	0,00		82.250,00	05/12/11	05/02/14	1
2	Destaque	153033/26264	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153103/26243	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154359/26266	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154359/26266	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154047/15264	107.650,00	0,00		107.650,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153164/15238	189.900,00	0,00	189.900,00		24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	154050/26281	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154503/26352	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	158147/26402	19.900,00	0,00		19.900,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158145/26427	39.800,00	0,00		39.800,00	26/09/11	29/09/12	1
2	Destaque	158129/26404	39.800,00	0,00	390,00	39.410,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158095/26356	19.900,00	0,00		19.900,00	26/09/11	29/09/12	1
2	Destaque	158133/26405	59.700,00	0,00		59.700,00	30/11/11	30/11/12	1
2	Destaque	158516/26438	19.900,00	0,00		19.900,00	30/11/11	30/11/12	1

2	Destaque	158151/26406	59.700,00	0,00		59.700,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158124/26407	39.800,00	0,00		39.800,00	08/12/11	08/12/12	1
2	Destaque	158153/26429	19.900,00	0,00		19.900,00	08/12/11	08/12/12	1
2	Destaque	158122/26409	19.900,00	0,00		19.900,00	06/12/11	06/12/12	1
2	Destaque	158121/26410	19.900,00	0,00		19.900,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158137/26412	39.800,00	0,00	4.199,12	35.600,88	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158149/26430	39.800,00	0,00	13.500,00	26.300,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158146/26431	39.800,00	0,00		39.800,00	11/10/11	11/10/12	1
2	Destaque	158152/26437	19.900,00	0,00		19.900,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158127/26420	19.900,00	0,00		19.900,00	08/12/11	08/12/12	1
2	Destaque	110407/00001	4.278.000,00	0,00	1.371.681,87	2.906.318,13	29/03/11	29/09/12	1
1	755414/2011	03953020000175	1.917.268,00	39.152,00	1.878.116,00		08/04/11	08/06/11	1
1	755793/2011	42467787000146	2.105.572,40	45.500,00	2.060.072,40		12/07/11	12/02/12	1
1	755576/2011	25205162000197	55.000,00	5.000,00	50.000,00		09/06/11	09/08/11	1
2	Destaque	153052/15226	750.000,95	0,00	485.563,36	264.437,59	11/07/11	10/10/11	1
2	Destaque	153061/15228	172.288,72	0,00	148.288,72		-	-	1
1	756147/2011	79151312000156	156.539,25	31.307,85	125.231,40		05/09/11	05/12/11	1
-	Contrato	08228323000149	35.581,89	0,00	35.581,89		-	-	1
2	Destaque	154047/15264	10.780,00	0,00		10.780,00	-	-	1
1	759474/2011	03953020000175	988.234,00	20.000,00	968.234,00		28/11/11	28/01/12	1
1	759473/2011	03953020000175	565.816,00	11.816,00		554.000,00	30/12/11	30/04/12	1
1	761178/2011	13761689000119	613.900,00	13.900,00		600.000,00	29/12/11	29/03/12	1
1	768892/2011	8686050000186	546.236,00	59.502,53		486.733,47	30/12/11	30/04/12	1
-	Contrato	00433623000158	1.979,03	0,00	1.979,03		-	-	1
1	452/2007	18428839000190	2.305.394,00	445.305,00	389.830,00		29/12/07	30/11/11	1
1	725598/2009	22678874000135	839.265,00	77.777,50		84.570,00	31/12/09	15/12/11	1
1	720519/2009	29079480000100	209.399,00	25.400,00		25.200,00	24/12/09	23/06/12	1
1	726172/2009	13128780003702	78.000,00	0,00	78.000,00		30/12/09	29/03/10	1

6.1.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional						
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	128	81	123	85.014.374,29	96.327.646,50	110.494.786,76
Contrato de Repasse	53	0	1	11.338.000,00	0	133.141,91
Termo de Cooperação		0	0	0	0	0
Termo de Compromisso		0	0	0	0	0
Totais	181	81	124	96.352.374,29	96.327.646,50	110.627.928,67

6.1.1.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEQUENTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional					
CNPJ: 02.961.362/0001-74		UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	377	384.583.100,99	210.932.596,43	173.650.504,56	54,85%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	59	12.637.034,47	2.647.185,24	9.989.849,23	20,95%
Termo de Compromisso					
Totais	436	397.220.135,46	213.579.781,67	183.640.353,79	75,79%

6.1.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte e Lazer						
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	16	42	63	2.820.433,00	13.987.127,52	17.483.934,60
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	16	42	63	2.820.433,00	13.987.127,52	17.483.934,60

6.1.2.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional Esporte e Lazer					
CNPJ: 02.961.362/0001-74		UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	140	37.682.583,97	37.426.240,97	256.343,00	99,32%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	140	37.682.583,97	37.426.240,97	256.343,00	99,32%

6.1.3 Programa Pintando a Liberdade e Cidadania

6.1.3.1 Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania									
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados				Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	755916/2011	40245920000194	R\$ 1.975.000,00	R\$ 395.000,00	R\$ 1.580.000,00		30/12/2011	30/12/2012	1
1	755725/2011	13227020000141	R\$ 1.448.996,37	R\$ 0,00	R\$ 1.448.996,37		14/07/2011	14/05/2012	1
1	755726/2011	13227020000141	R\$ 1.663.552,27	R\$ 0,00	R\$ 1.663.552,27		14/07/2011	14/05/2012	1

6.1.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.2 – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania						
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	2	12	7	3.112.548,69	19.486.170,84	12.806.693,35
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

6.1.3.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 – Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	7	12.418.555,34	12.418.555,34	0,00	100,00%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

6.2 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte , Lazer e Inclusão Social						
CNPJ: 02.961.362.0001-74			UG/GESTÃO:180002/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados				Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
					Convênios	Contratos de repasse
	2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		44	
Montante Repassado			54.140.894,68			
Com prazo de prestação de contas vencido		Contas prestadas	Quantidade	23		
			Montante Repassado	53.577.234,46		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	30		
Montante Repassado	44.087.053,77					
2010	Contas prestadas	Quantidade	65			
		Montante Repassado	62.576.701,42			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	54			
		Montante Repassado	32.765.848,36			
2009	Contas prestadas	Quantidade	81			
		Montante Repassado	50.430.130,03			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	56			
		Montante Repassado	26.091.967,87			
Anterior a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	218			
		Montante Repassado	84.015.291,56			

6.2.1 Informações sobre a Análise de Prestação de Contas de Convênio e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte , Lazer e Inclusão Social						
CNPJ: 02.961.362.0001-74			UG/GESTÃO:180002/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados				Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				93	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		44		
		Montante repassado (R\$)		55.142.594,68		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1		
			Quantidade Reprovada	0		
			Quantidade de TCE	0		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	24		
Montante repassado	53.376.739,46					
2010	Quantidade de contas prestadas				66	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		0		

	Contas NÃO analisadas	Quantidade	116	
		Montante repassado (R\$)	93.857.379,70	
2009	Quantidade de contas prestadas		82	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	5	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	129	
Montante repassado		72.061.086,01		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	218	
		Montante repassado	84.015.291,56	

6.3 Análise Crítica

A análise da Prestação de Contas dos convênios da SNELIS é dividida entre dois setores do Ministério, ficando sob a responsabilidade dessa Secretaria a manifestação técnica quanto ao mérito (Relatório de Cumprimento do Objeto) e sob a responsabilidade da Secretaria Executiva, por meio da Coordenação Geral de Prestação de Contas da Diretoria de Gestão Interna, a manifestação quanto aos aspectos técnico-financeiros.

Embora essa divisão seja justificada em face da estrutura física e de pessoal das unidades, bem como reforça o sistema de freios e contrapesos dos atos de gestão dos instrumentos de transferência voluntária, na prática acaba também por ensejar descompassos nos períodos das análises, nos métodos e nos entendimentos para a avaliação finalística e técnico-financeira dos convênios. Para equilibrar tal divisão, foi implementada uma nova sistemática de análise dessa Secretaria, restrita ao aspecto exclusivamente técnico do cumprimento do objeto pactuado, de forma que os pontos financeiros fossem integralmente analisados pela outra área responsável.

No entanto, a análise integral e final das contas dos convênios depende das duas unidades supracitadas, condição que ainda causa disparidades temporais das análises em comento, conforme percebido nos quadros acima, os quais tiveram seus dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Ademais, outros fatores interferem nesse processo, a exemplo da limitação quantitativa e qualitativa de pessoal para o desempenho de tal mister, o que reforça o acúmulo de processos com análises pendentes e a demora na abertura de diligências, gerando dificuldades nos trâmites devido ao lapso temporal entre a prestação de contas e a sua efetiva análise, bem como falta de eficácia e retorno frente às manifestações técnicas conclusivas quanto à funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos públicos.

Cabe destacar, ainda, que a fusão da gestão dos programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer nas Cidades, Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania avolumou ainda mais a demanda e as prioridades da Secretaria e, conforme já asseverado no Relatório de Gestão/2011, a dificuldade de gestão das atividades de Formalização e de Avaliação de Convênios, centradas sob única coordenação, a todos estes programas, efetivamente inviabilizaram o almejado e necessário andamento das prestações de contas, apesar dos esforços empreendidos por esta unidade.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI N. 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010

DECLARAÇÃO

Eu, **Marília Ferreira Galvão**, CPF nº **416.450.061-15**, **Assistente**, exercido na **Coordenação de Gestão de Compras e Contratações da Coordenação Geral de Recursos Logísticos**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, de março de 2012.



Marília Ferreira Galvão

416.450.061-15

Assistente/COGEC/CGLOG

DECLARAÇÃO

Eu, Adriano Rosa de Arruda, CPF nº 297.782.981-49, Coordenador de Convênios, exercido na Coordenação Geral de Convênios declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 20 de março de 2012.


ADRIANO ROSA DE ARRUDA

297.782.981-49

Coordenador - CGCONV

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro A.8.1 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entrega a DBR

Detetores de Cargos e Funções Obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Inciso I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			

	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	13		
	Entregaram a DBR			56
	Não cumpriram a obrigação			

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica

O Ministério do Esporte, como órgão principal, possui uma Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), que gerencia a recepção das DBR's de todas as Unidades desse Ministério. A CGGP informou que não dispõe de sistema informatizado para esse gerenciamento. Portanto, a recepção se dá em papel, tanto na forma de DBR impressa e lacrada, quanto no formulário de autorização de acesso.

As DBR's são guardadas em arquivo com chave, preservando o sigilo das informações.

Não compete a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, análise quanto a incompatibilidade patrimonial do servidor.

Quanto ao servidor que não cumpriu a obrigação de entrega da DBR, comunica-se à unidade responsável por incluir a informação no Relatório de Gestão do exercício. Não houve descumprimento da Lei nesse caso.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações integram o Quadro A.10.1 do Relatório Consolidado SE/ME

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO BENS DE USO ESPECIAL, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.

Informação Integra o Relatório Consolidado da SNEED/SNDEL

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conforme citado no início do relatório a fusão e integração das secretarias SNEED e SNDEL, dando origem à SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social, agregando sob o mesmo comando e gestão todos os Programas Sociais do Ministério do Esporte. Assim, o PST-Programa Segundo Tempo, PELC-Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Pintando a Cidadania e a Liberdade, e ainda Eventos, Jogos, Rede CEDES e CEDIME, passaram a fazer parte da mesma estrutura de gestão físico-administrativa. Acompanhando esta movimentação a área de TI deverá contribuir com o levantamento de demandas e sistemas pré-existentes buscando integrar e adaptar ferramentas informatizadas que já estejam em funcionamento e automatizando outras rotinas que por ventura ainda sejam realizadas manualmente.

Neste sentido, no que diz respeito à área de TI não houve ainda tempo suficiente para o estudo aprofundado e levantamento de sistemas pré-existentes ou propriamente das rotinas manuais a serem automatizadas em cada um dos programas sociais, de forma a contribuir com o aprimoramento da gestão de cada um destes programas, tornando-os mais eficientes. Esta tarefa fará parte do planejamento em 2012, quando serão estabelecidas as prioridades e cronogramas de trabalho. É preciso citar que a área de sistemas é totalmente dependente da estrutura a qual pretende atender e seus objetivos de negócio, de modo que enquanto esta estrutura não estiver completamente definida não há como efetuar levantamentos de fluxos e processos entre as áreas, o que inviabiliza a análise e implementação dos atuais e de novos sistemas.

Enfaticamente o histórico recente mostra que houve troca do comando da SNEED em março/2011, fusão e criação da SNELIS em julho/2011, nova troca de comando na SNELIS em dezembro/2011, provocando a postergação da implantação e integração da nova estrutura que compreende diversos departamentos e coordenações gerais finalísticas e de gestão, impactando negativamente no planejamento e principalmente nos resultados esperados para este exercício.

12.1. Gestão da Tecnologia da Informação (Ti)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1 Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento.				X	
2.Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3.Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de Tecnologia da Informação.		X			
Recursos Humanos de TI					
4.Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	PARA A SNE LIS 2 SERVIDORES DA PLATAFORMA NA UEM				
5.Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Ministério	X				
Segurança da Informação					
6.Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7.Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8.É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis.		X			
9.O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia.				X	
10.É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11.Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12.Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	É EFETUADO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO DO CONVÊNIO URG S E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ				
12.Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13.O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui formalização própria.		X			

14.Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente. NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se Aplica.

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNELIS

Não se Aplica.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em relação às demandas oriundas de Órgãos de Controle, predominantemente do TCU, da CGU, de Câmaras Municipais e Federal e de Procuradorias da República nos municípios onde o Programa Segundo Tempo está implantado, no início de 2011 foi mantida a responsabilidade da Assessoria do DEEIC – ASSED pelo respectivo atendimento.

Conforme já informado nos exercícios anteriores, tal decisão foi adotada objetivando possibilitar um controle mais efetivo sobre o conteúdo das respostas e o cumprimento de prazos assinalados, já que para o atendimento se faz necessário consolidar informações, inclusive de vários setores do Departamento, da Secretaria ou do Ministério, e emitir posicionamento da gestão acerca do assunto tratado.

Nos exercícios anteriores, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União vinham auditando o Programa Segundo Tempo com foco na sua gestão, o que permitiu avançar em muitos aspectos a partir das orientações/recomendações recebidas, especialmente em relação ao acompanhamento dos convênios.

Considerando a mudança na estrutura da Secretaria o trabalho realizado junto aos órgãos de controle será apresentado dividido em duas etapas, sendo a primeira relativa à extinta SNEED e a segunda relativa à Secretaria.

Primeiro Semestre de 2011 – Segundo Tempo

O início do exercício foi marcado pela Auditoria da Controladoria Geral da União, relativas à avaliação das contas do exercício de 2010. A ASSED desenvolveu e alimentou uma Planilha em conjunto com outras Coordenações da SNEED, com todos os convênios em execução e integrando os procedimentos realizados conforme a nova sistemática de acompanhamento e controle (Anexo 6).

Como o resultado desse trabalho foi bem avaliado pela CGU, uma vez que permitiu visualizar/demonstrar todos os procedimentos do acompanhamento pedagógico na linha do tempo da execução do convênio, tal planilha foi implementada pela gestão como mais uma ferramenta de controle, especialmente dos prazos para dar agilidade ao processo e garantir a sua efetividade, conforme já tratado no item “Avaliação dos Relatórios de Visita e Vistoria”.

Contudo, em virtude das mídias negativas publicadas no início de 2011, envolvendo a execução de convênios do Programa Segundo Tempo, assunto inclusive já tratado no item “Avaliação de Questionamentos/Denúncias” onde são registradas as providências da gestão junto aos convênios denunciados, o volume de demandas oriundas dos órgãos de controle aumentou sobremaneira no 1º Semestre/2011.

Em função da repercussão das mídias veiculadas, identificou-se uma mudança de foco nas auditorias da CGU e do TCU, visto que as solicitações voltaram a ser direcionadas para a execução dos convênios, especialmente os citados nas matérias.

Além disso, o Programa passou a ser alvo de investigações/avaliação de outros órgãos de controle, tais como Câmaras Legislativas e Ministério Público, em todas as esferas do governo.

Convém destacar que em 24/03/2011 foi recebida da Controladoria Geral da União a Solicitação de Auditoria nº 201109380/02, complementada em 25/03/2011 pela Solicitação de Auditoria nº 201109380/03, e em 31/03/2011 pela Solicitação de Auditoria nº 201109380/04, requerendo a disponibilização dos 05 convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, citados nas mídias.

Ainda no mês de Março/2011 esta unidade recebeu e respondeu 04 Requerimentos de Informação dos Deputados Federais Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Antônio Carlos Mendes Thame e Antônio Carlos Magalhães Neto, pedindo informações a respeito de convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo Tempo, com entidades privadas sem fins lucrativos.

Cabe destacar que tais requerimentos se referiam a uma extensão de convênios vigentes e expirados, que demandaram uma grande mobilização conjunta da ASSED e Coordenações da SNEED.

Por meio do Ofício nº 806/2011-TCU/SECEX-6, a unidade foi notificada pelo Tribunal de Contas da União, sobre o início dos trabalhos de Auditoria a partir de 15/06/2011, com o objetivo de analisar os procedimentos de celebração, fiscalização e aprovação de contas de convênios do PST (Acórdão nº 1097/2011).

Além do mais, em Junho e Julho/2011 também foram recebidos e respondidos 02 Requerimentos de Informação do Deputado Federal Izalci Lucas, também de grande extensão, uma vez que requisitou informações e documentos de diversos convênios vigentes e expirados, celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos do Distrito Federal, no âmbito do Programa Segundo Tempo.

Conforme se pode verificar, as auditorias e o imenso volume de demandas dos órgãos de controle impactaram diretamente no potencial da unidade para dar continuidade às medidas de aprimoramento, uma vez que toda a força de trabalho foi direcionada para o atendimento das solicitações pontuais, a maioria relativa ao passivo do Programa e não mais sobre as perspectivas de mudanças.

Contudo, para atendimento de todas as demandas dos órgãos de controle acima citados, a ASSED disponibilizou todos os processos e documentos solicitados, bem como apresentou as respostas nos prazos determinados e com os devidos fundamentos.

Ressalte-se que em 08/07/2011 a CGU apresentou o Relatório Preliminar de Auditoria nº 201108586, contendo os registros decorrentes dos levantamentos realizados pela Equipe de Auditoria ao longo dos trabalhos de campo conduzidos junto à SNEED. A resposta desta unidade sobre o Relatório Preliminar citado foi apresentada em 14/07/2011, por meio do Ofício nº 1880/GABIN/SNEED/ME.

Com relação às demais demandas do TCU, CGU e Câmaras, até a extinção da SNEED os órgãos requisitantes não apresentaram os resultados relativos às auditorias realizadas.

Descrição dos Procedimentos Internos:

Quando a demanda era recebida pela SNEED (oriunda diretamente do órgão de controle ou por intermédio da Consultoria Jurídica), a Diretoria a despachava para a ASSED, com vistas à avaliação do teor e adoção das medidas cabíveis.

Em geral, o procedimento interno consistia no levantamento de informações processuais (deflagrando diligências internas ou externas se necessário) e na elaboração de ofício ou memorando de resposta, prestando esclarecimentos e encaminhando cópias de documentos solicitados.

Desta forma, cada expediente de resposta produzido pela ASSED era submetido à Diretoria, para fins de validação e posterior assinatura do Secretário Nacional de Esporte Educacional.

Convém destacar que antes do encaminhamento ao órgão solicitante, todas as respostas foram previamente submetidas à Consultoria Jurídica, para apreciação e validação, em atendimento ao Memorando-Circular nº 06/11-GM/ME, de 25/01/2011.

Ademais, a ASSED consolidava as demandas dos órgãos de controle sobre a execução de convênios juntamente com as informações sobre denúncias, de forma a identificar contextos problemáticos de relevância, para subsidiar a gestão na tomada de decisões.

Cabia também à ASSED lançar as informações relativas em Formulário específico do SIC, de forma a disponibilizar a informação para todas as coordenações da SNEED e demais unidades do Ministério, e assim possibilitar a integração no acompanhamento do convênio.

Registre-se que todos os documentos foram arquivados na CADOC/CGFIS, de forma sistematizada.

Resultados Alcançados

Centralização das demandas de diversos órgãos, tendo uma visão integrada das fiscalizações realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;

Cumprimento de todas as demandas em tempo hábil, apesar da limitação quantitativa de técnicos e da exigüidade dos prazos, demandando grande esforço da ASSED e demais áreas envolvidas.

Balanco

Em decorrência do trabalho realizado pela ASSED, tem-se o seguinte balanço do atendimento de demandas respondidas aos Órgãos de Controle – até 21/Julho/2011:

CGU: 08 demandas respondidas/atendidas (Anexo 7);

TCU: 04 demandas respondidas/atendidas (Anexo 8);

PROCURADORIAS: 07 demandas respondidas (Anexo 9);

CONJUR/ME: 04 demandas respondidas (Anexo 10);

CÂMARA FEDERAL: 06 demandas respondidas (Anexo 11);

2º Semestre 2011 – Segundo Tempo, PELC e Pintando a Liberdade/Cidadania

A partir da estruturação da nova Secretaria (Agosto/2011) e com a desconstituição da Assessoria do DEEIC, todas as demandas oriundas de Órgãos de Controle passaram para a nova Coordenação de Análise de Demandas de Órgãos de Controle – CADOC, vinculada à Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos – CGFIS.

Logo no início do 2º Semestre/2011, por meio do Ofício nº 21.135/2011/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011, a CGU apresentou o Relatório de Auditoria nº 201108586, como resultado do processo anual de contas de 2010 da SNEED, reconhecendo os avanços na gestão do Programa Segundo Tempo e consignando apenas 01 recomendação para fins de aprimoramento, especificamente no item “4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias” para disponibilizar à Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento de Convênios os recursos necessários para aprimorar o fluxo de informações produzidas pelas Visitas Pedagógicas e Administrativas. Destaque-se que tal recomendação foi prontamente atendida, conforme indicado no item “Avaliação dos Relatórios de Visita e Vistoria” do presente.

Coube à CADOC/CGFIS elaborar a resposta ao referido Relatório, a qual foi composta de um Plano de Providências também estruturado e revisado pela área, preenchido pelas Coordenações da Secretaria responsáveis pelas ações.

Não obstante ter sido proferida apenas 01 Recomendação, a Secretaria optou por constituir um Plano de Providências com medidas para aprimoramento da gestão, a partir das constatações da CGU, registradas no referido Relatório de Auditoria.

Importa salientar que a unidade deu continuidade à implementação do Plano de Providências, ainda que com muitas dificuldades em função da transição prolongada pela mudança da gestão e pela reestruturação do Ministério do Esporte, e sua atualização encontra-se no (Anexo 12).

Além do mais, durante o 2º Semestre de 2011 a área continuou sofrendo grandes impactos decorrentes de denúncias da mídia, posto que os órgãos de controle apresentaram outras demandas, motivadas pelas novas denúncias publicadas no início do exercício e a partir de Outubro/2011.

Em Agosto/2011, o TCU apresentou novas solicitações para examinar os convênios objeto das denúncias veiculadas nas mídias em Fevereiro/2011.

Nos meses de Setembro, Outubro e Dezembro/2011 foram recebidos e respondidos mais 03 Requerimentos de Informação do Deputado Federal Izalci Lucas, solicitando novas informações de convênios dos Programas PST e PELC, firmados com entidades privadas sem fins lucrativos.

No final de Outubro/2011, em atendimento à solicitação do Supremo Tribunal Federal e com vistas a instruir o Inquérito nº 3.333 aberto para apurar o envolvimento do então titular da pasta nas denúncias da mídia, também foram encaminhadas à Secretaria Executiva informações e cópia digitalizada de muitos convênios, inclusive os citados nas mídias publicadas no mesmo mês.

Em virtude da repercussão das denúncias de envolvimento de Ministros, Diretores e Servidores em casos de corrupção nas mídias veiculadas sobre convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, a Casa Civil determinou, não apenas ao Ministério do Esporte, mas também a outros Ministérios e Órgãos Federais, que fosse construída uma planilha resgatando os dados de todos os convênios celebrados pelo órgão (expirados e vigentes), especificando as peculiaridades de sua execução (condições verificadas nas fiscalizações, decisões administrativas) e as irregularidades identificadas pelos órgãos de controle (recomendações e atendimento pela unidade, inclusive quando da análise das Prestações de Contas para o caso de convênios expirados).

Na Secretaria, tal demanda foi assumida pela CGFIS, que coordenou o trabalho de outras áreas e na sequência subsidiou a avaliação da regularidade dos convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, em atendimento ao Decreto nº 7.592, de 28/10/2011, conforme tratado no item relativo à Força Tarefa.

De outra parte, em função de novas mídias negativas publicadas em Outubro de 2011, foram recebidas mais 02 Solicitações de Auditoria da CGU (nº 01 de 01/11/2011 e nº 201118359-01 de 10/11/2011) e mais 03 Requerimentos de Informação dos Deputados Federais, sendo 01 do Deputado Walney Rocha (solicitando informações de convênio de entidade privada sem fins lucrativos do RJ e da PM de Nova Iguaçu/RJ), Rubens Bueno (solicitando informações de convênio de entidade privada sem fins lucrativos do DF) e Antônia Lúcia (solicitando informações de diversos convênios firmados com entidades públicas nos âmbitos dos Programas PST, PELC e Pintando a Liberdade).

Conforme se pode verificar, o volume de demandas de Órgãos de Controle ao longo do exercício de 2011 foi atípico e motivado principalmente pelas mídias com foco político, que atingiram diretamente o Programa Segundo Tempo.

Repita-se que todas as demandas dos Órgãos de Controle foram atendidas nos prazos determinados e com os devidos fundamentos, significando uma carga de trabalho excessiva para a coordenação, que contava apenas com 02 técnicas.

Por oportuno, cumpre reiterar que esta unidade gestora ainda não recebeu os resultados das auditorias do TCU e CGU até a presente data.

Quanto aos Requerimentos de Informação dos Deputados Federais Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Antônio Carlos Mendes Thame e Antônio Carlos Magalhães Neto, foram remetidos para o TCU para fins de julgamento.

Somente no 1º Semestre/2012, precisamente na data de 15/03/2012, é que a unidade, a pedido, obteve os Relatórios da auditoria realizada pelo Deputado Federal Izalci Lucas, encontrando-se na área técnica para fins de avaliação e providências cabíveis.

A partir do 2º Semestre/2011 a CADOC/CGFIS também passou a responder as demandas de Órgãos de Controle relativas aos programas PELC e Pintando a Liberdade/Cidadania, que foram incorporados à gestão da Secretaria, impactando o aumento do volume de trabalho.

No início de 2012 a CADOC/CGFIS também apresentou informações junto à CONJUR, para fins de instrução do Inquérito Policial nº 0410/2011-4-DPF/JFA/MG, que apura possíveis desvios de recursos públicos federais, não aplicados nos convênios firmados pelo Ministério do Esporte e a entidade Instituto Cidade.

Descrição dos Procedimentos Internos

Também considerando os resultados até então alcançados pela Secretaria, foram mantidos todos os procedimentos e fluxos anteriormente estabelecidos para o recebimento das demandas de Órgãos de Controle e elaboração das respostas, assim possibilitando a continuidade dos mecanismos de controle já implementados.

Convém registrar que quando os expedientes tinham relação com convênios do Programa, cabia à ASSED, na sequência, encaminhar cópia do conjunto de documentos (recebidos e produzidos) para apensamento aos autos respectivos, de forma que fossem considerados quando das tomadas de decisões da gestão ou durante a análise da Prestação de Contas Final.

Convém registrar que esta unidade gestora sempre envidou esforços para cumprir todas as demandas oriundas dos Órgãos de Controle dentro dos prazos assinalados.

De um modo geral, para o atendimento da grande maioria das demandas, faz-se necessário deflagrar diligências internas, no sentido de buscar junto às Coordenações responsáveis os elementos/documentos solicitados, cabendo ainda a consolidação dos dados e elaboração da resposta.

Conforme se pode verificar, o fluxo para o cumprimento de cada demanda é variável, sendo exíguos os prazos estabelecidos de praxe. Por mais que os prazos sejam curtos, esta unidade não mede esforços para dar celeridade aos trâmites administrativos e atender todas as solicitações em tempo hábil.

Entretanto, para o atendimento do vultoso número de demandas recebidas ao longo do 2º Semestre/2011, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos requisitantes, o procedimento se tornou

mais complexo, haja vista que a área técnica teve que envidar esforços extraordinários, de forma a levantar o volume de informações/documentações solicitadas em curto espaço de tempo, necessitando ainda envolver ou receber dados de diversas áreas da unidade.

Balanço

Em decorrência do trabalho realizado pela CADOC/CGFIS, no atendimento das demandas recebidas dos Órgãos de Controle, tem-se o seguinte balanço a partir de 22/Julho/2011:

CGU: 09 demandas respondidas/atendidas (Anexo 13);

TCU: 02 demandas respondidas/atendidas (Anexo 14);

PROCURADORIAS: 06 demandas respondidas (Anexo 15);

CONJUR: 15 demandas respondidas (Anexo 16);

CÂMARA MUNICIPAL: 02 demandas respondidas (Anexo 17);

CÂMARA FEDERAL: 06 demandas respondidas (Anexo 18);

STF: 01 demanda respondida (Anexo 19).

Registre-se que restou remanescente para o próximo exercício apenas 02 demandas, sendo 01 de Procuradoria e 01 de Câmara Municipal, as quais foram recebidas no final de 2011 e respondidas no início de 2012.

Resultados Alcançados

Estratificação dos resultados de auditorias e orientações dos Órgãos de Controle Interno e Externo, para subsidiar a avaliação sobre a execução dos convênios e a tomada de decisões.

Cumprimento de todas as demandas em tempo hábil, apesar da limitação quantitativa de técnicos e da exigüidade dos prazos, demandando grande esforço da ASSED e áreas envolvidas.

Fragilidades

Demora no recebimento dos relatórios de fiscalização da CGU e TCU, muitas vezes após a finalização da execução do convênio, inviabilizando a adoção de medidas corretivas enquanto o projeto está em desenvolvimento. Contudo, convém ressaltar o importante o esforço dispensado pela CGU no início de 2012, ao agilizar os relatórios de auditoria para fins de avaliação da execução dos convênios em atendimento ao Decreto 7.592/11;

Não recebimento de posição das Procuradorias da República, acerca de Inquéritos instaurados para apuração de irregularidades na execução de convênios.

Metas e Perspectivas para 2012

Acompanhamento dos processos em trâmite no TCU, para ciência de todas as decisões envolvendo o Programa Segundo Tempo e seus gestores, com vistas ao controle e adoção de providências cabíveis;

Promover interface com a CGU, para recebimento de todos os Relatórios de Auditorias realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo, de forma a subsidiar a avaliação do convênio na fase em que se encontra;

Promover interface com demais órgãos de controle (relevando-se Procuradorias, Câmaras e Polícias), para recebimento de todos os resultados de inquéritos e auditorias envolvendo a execução de convênios do Programa Segundo Tempo, para fins de controle e decisões;

Fortalecer a integração das informações dos diversos setores, por meio do uso adequado dos Sistemas Informatizados de Acompanhamento, de forma a permitir o cruzamento dos dados relativos à execução dos convênios e qualificar as decisões da gestão.

15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
Informação Intgra o Relatório Consolidado da SNEED/SNDEL

15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS						116516
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
xxx	Xxx	xxx	xxx	xxx	Xxx	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Xxx						Xxx
Descrição da Deliberação:						
A SNEELIS não recebeu deliberação do TCU						
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Xxx						
Justificativa para o seu não cumprimento:						

Xxx
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Xxx

15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 201108586	4.3	Ofício 21.135/2011/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR, de 29/07/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Descrição da Recomendação:			
“Recomenda-se à Secretaria Nacional de Esporte Educacional que adote providências no sentido de disponibilizar à Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento de Convênios os recursos necessários para aprimorar o fluxo de informações produzidas pelas Visitas Pedagógicas e Administrativas para acompanhamento das transferências voluntárias realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo.”			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEDAP/SNELIS/ME			
Síntese da providência adotada:			
Encaminhada resposta por meio do Ofício nº 2108/2011/GABIN/SNEED/ME, informando a inexistência de óbice à publicação das informações contidas no referido Relatório, bem como enviando Plano de Providências contemplando todas as recomendações da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não obstante ter sido proferida apenas 01 Recomendação, a SNELIS optou por constituir um Plano de Providências com medidas para aprimoramento da gestão, a partir das constatações da CGU registradas no referido Relatório de Auditoria, as quais foram implementadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

O Plano de Providências foi estruturado e revisado pela área, preenchido pelas Coordenações da SNELIS responsáveis pelas ações.

Importa salientar que a unidade deu continuidade à implementação do Plano de Providências, ainda que com muitas dificuldades em função da transição prolongada pela mudança da gestão e pela reestruturação do Ministério do Esporte.

15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota Técnica nº 1.218 de 11/05/2011	57	Ofício nº 23.778/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, de 18/08/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Descrição da Recomendação:			
<p>Reavaliação da prestação de contas do convênio nº 332/2006 em face dos apontamentos do Ministério Público Federal, da Controladoria-Geral da União e do Ministério do Esporte, em suas ações de fiscalização, apurando os valores a serem ressarcidos aos Cofres Públicos, diante dos registros de atendimento parcial do objeto em seus aspectos quantitativos e qualitativos; e</p> <p>Apuração dos fatos que ensejaram o reposicionamento do órgão, na análise dos aspectos financeiros da prestação de contas do convênio 332/2006, bem assim na liberação de recursos do convênio nº 702359, contrariando diretrizes do programa, aplicando-se as devidas penalidades disciplinares, caso confirmado favorecimentos indevidos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Proferida a Informação nº 01/2011/CGFIS/DEDAP/SNELIS/ME, em 04/10/2011, a qual foi encaminhada à CGFOR/SNELIS, ratificando a necessidade promover a reapreciação do aspecto técnico da Prestação de Contas Final no convênio em questão, destacando as ocorrências detectadas pela CGU.			116516
Justificativa para o seu não cumprimento:			
As análises dos Convênios 332/2006 e 702359/2008 foram iniciadas no ano de 2011. Como tratam de convênios complexos, os quais tiveram auditorias, a avaliação técnica requer a apuração de informações distintas aos aspectos técnicos da análise			

do cumprimento do objeto pactuado. Todavia, impede destacar que o convênio 702359/2008 teve sua análise concluída, por meio do Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico/Prestação de Contas Final nº 001/2012, datado de 27/01/2012. No que tange ao Convênio nº 332/2006, o mesmo encontra-se em fase final de análise, sendo sua previsão de conclusão para abril/2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Conforme asseverado no Relatório de Gestão/2011, destaca-se que o acúmulo de análises e reanálises das Prestações de Contas no âmbito Técnico (Relatório de Cumprimento do Objeto, se deu em virtude da fusão das equipes das Coordenações de Formalização de Parcerias (CGFOR) e de Avaliação de Convênios, que em face das demandas/prioridades com prazos exíguos das duas Coordenações, muitas vezes inviabilizavam um melhor planejamento do setor, e especialmente os trabalhos de análise das contas dos convênios celebrados.

Apesar dos esforços empreendidos por esta unidade, não foi possível o cumprimento integral da demanda natural das Prestações de Contas Técnicas, em virtude do impacto no início de 2011, tendo em vista a realização pela CGFOR de 4 (quarto) Processos Seletivos para Formalização de Parcerias (PST Padrão, PST Universitário, PST/Pessoa com Deficiência, PST Navegar), a equipe técnica, quase em sua totalidade, dedicou-se seus esforços na formalização de Parcerias. Ao todo foram analisadas, mais de 2.230 (duas mil, duzentos e trinta) propostas encaminhadas, nos quarto processos seletivos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Demandas Especiais nº 00190.038256/2008-65	8	Ofício nº 35.165/DRTES/DR/SFC/CGU-PR de 24/11/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Descrição da Recomendação:			
"8. Encaminho, também, para conhecimento e providências com relação às recomendações formuladas, o Relatório de Demandas Especiais nº 00190.038256/2008-65, que trata da análise das justificativas e considerações apresentadas pelo Ministério do Esporte, em especial com relação aos convênios 522459, 558575, 453771, 466172, 371166, 541275 e 558652; assim como apresenta o resultado das fiscalizações realizadas nos convênios 510140, 415908, 393877, 417257, 456437, 479222, 401822, 479223, 483780, 500585, 515325 e 558654."			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Unidades da SNELIS e do ME.			116516
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O Relatório foi encaminhado à CGFIS/DEDAP, para fins de deliberações internas e encaminhamentos no sentido de			

elaboração de Parecer Conclusivo das análises, conforme solicitado n item 9.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O Relatório em questão trata de convênios celebrados no âmbito de vários programas deste Ministério, com objeto e fases de execução distintas, o que demandará ações no 1º Semestre de 2012 junto a diversas áreas e, ao final, a consolidação de documento conclusivo, inclusive para posicionamento perante a CGU.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Demandas Especiais nº 00190.011613/2008-48	2 e 4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS			116516
Descrição da Recomendação:			
<p>“1. A Controladoria-Geral da União desenvolveu, motivada por demanda de cidadão, ação de controle com o objetivo de verificar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais no município de São José do Calçado/ES.</p> <p>2. Concluídos os trabalhos, remeto a Vossa Excelência cópia do Relatório de Fiscalização concernente aos resultados da mencionada ação, para as providências que reputar cabíveis, inclusive melhoria dos controles primários e, se for o caso, apuração de responsabilidades, visando prevenir a repetição de ocorrências semelhantes.</p> <p>(...)</p> <p>4. No intuito de agilizar as comunicações necessárias, permito-me sugerir que sejam enviados diretamente à Secretaria Federal de Controle Interno, pelos gestores dos respectivos programas de governo, com a participação da AECI, as informações sobre as medidas que vierem a ser adotadas no âmbito dessa Pasta.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PELC/SNELIS			116516
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Encaminhado			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Relatório em questão trata de convênio celebrado no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade na Cidade, o que demandará ações no 1º Semestre de 2012 junto as áreas responsáveis, para consolidação final de documento conclusivo, inclusive para posicionamento perante a CGU.			

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Força Tarefa

Por meio do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, a Presidenta da República determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, até a data de publicação do Decreto nº 7.568. (Decreto nº 7.592/2011 – Anexo 20)

Para tanto, foi estabelecido o prazo de 30 dias, a contar da data de publicação do Decreto, onde deveria ser apresentada decisão devidamente fundamentada e precedida de parecer técnico que atestasse a regularidade da execução de cada parceria. Registre-se que, em tal período as transferências de recursos às referidas entidades ficaram suspensas, somente podendo ser retomadas após a emissão da decisão favorável, devidamente atestada pelo respectivo Ministro de Estado ou dirigente máximo do Órgão.

Destarte, em 1º/11/2011, o Ministro de Estado do Esporte publicou a Portaria nº 190, apresentando os esclarecimentos acerca dos procedimentos necessários para o atendimento ao disposto no referido Decreto. (Portaria nº 190/2011 – Anexo 21)

Na Portaria, ficou decidida a avaliação da regularidade da execução dos Convênios e Contratos de Repasse celebrados com a Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR), Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica e Coordenação-Geral de Prestação de Contas (CGPCO); sob a coordenação da servidora Gianna Lepre Perim – Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, juntamente com a Assessoria de Controle Interno/ME.

Em complemento à Portaria supracitada, na data de 07/11/2011 foi publicada a Portaria nº 143, designando os servidores por área de atuação no Ministério do Esporte, para integrarem a Força Tarefa de Trabalho, com os seguintes responsáveis pela análise técnica na SNELIS: (Portaria nº 143/2011 – Anexo 22)

Programa Pintando a Cidadania – Eduardo Martins Costa e Marcos Roberto dos Santos Barbosa

Programa Esporte e Lazer da Cidade da Cidade – Mário Dutra Amaral

Programa Segundo Tempo – Diego Ferreira Tonietti, Nelson Xavier, Joseane Salmito e Wagner Matias

Eventos – Liliane Paulino Alves da Cruz

Registre-se que, a coordenação dos trabalhos referentes a cada programa da SNELIS ficou sob a responsabilidade dos Coordenadores – Gerais que respondem pela execução dos convênios por área, a saber:

Programa Pintando a Cidadania – Gerêncio Nelcyr

Programa Esporte e Lazer da Cidade da Cidade – Cláudia Bonalume

Programa Segundo Tempo – Andréa Ewerton

Eventos – Liliane Paulino

Rede Cedes – Muriel Plautz e Aline Leocádio

Considerando que a avaliação da regularidade dos convênios deve levar em conta as análises técnica e financeira, a SNELIS contou ainda com o apoio dos técnicos da CGPCO, responsável pela análise financeira da PCF, para realizar a análise financeira dos convênios vigentes de sua responsabilidade, sob a Coordenação do Sr. Helio Alves da Silva.

Ademais, na referida Portaria ficou estabelecido que os trabalhos fossem realizados de forma integrada com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Vários recursos foram utilizados visando o auxílio na análise dos Convênios e Contratos de Repasse, tais como análise processual, informações disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (SICONV) e Sistema da Força Tarefa da Casa Civil (SINFOCC), bem como avaliação *in loco*.

Especificamente sobre o SINFOCC, cumpre destacar que este sistema foi criado pelo Ministério do Esporte, sob a coordenação da SNELIS, representada pelo Sr. Dirceu Mattos, com o objetivo de unificar as informações dos convênios em todas as etapas da execução, mantendo-as atualizadas permanentemente.

Desta forma, foi desenvolvido o **Formulário de Avaliação da Regularidade da Execução**, com o objetivo de identificar a conveniente, detalhar suas principais características e especificidades, inclusive acerca de auditorias, denúncias, situação de convênios anteriores e adimplência junto ao Governo Federal, abrangendo as sugestões e cruzando os dados com as informações disponibilizadas pela CGU. (Formulário de Avaliação da Regularidade da Execução – Anexo 23)

Acerca das avaliações *in loco*, o planejamento das vistorias levou em consideração o planejamento nacional da CGU, a fim de que o trabalho de campo fosse realizado em parceria, de forma a possibilitar a avaliação da execução sob todos os aspectos.

Assim, após avaliação dos setores da SNELIS, foram definidos os convênios que deveriam ser fiscalizados por este Ministério, os quais se enquadraram no Decreto nº 7.592, com exceção daqueles que tiveram as atividades encerradas, ou que já haviam sido fiscalizados à época. Além disso, foram classificados pelo status do repasse dos recursos (Integral e Parcial), considerando a prioridade na análise dos convênios com parcelas a liberar.

Da mesma forma, considerando a disponibilidade da CGU em acompanhar o trabalho de campo, também foram indicados os convênios para serem fiscalizados pelos auditores da CGU, conforme relação abaixo:

Programação de Acompanhamento *IN LOCO*

Programa/ Secretaria	Convênios com visitas/ vistorias já realizadas	Convênios fiscalizados pelo ME	Convênios encerrados	Convênios indicados para acompanhamento da CGU
CEDES*	-	01	-	02
PST Núcleos	05	11	01	04
PST Eventos	-	01	01	01
PELC	08	23	-	31
Pintando	-	12	-	12
Total	13	48	02	50

* Convênios da Rede CEDES*: Considerando que o objeto dos convênios refere-se essencialmente à realização de pesquisa, entendeu-se que não havia necessidade de acompanhamento *in loco*. Ainda assim, foi sugerida a realização de visita técnica ao convênio que se desenvolve no GDF, devido à proximidade.

Cumpra-se destacar que, a avaliação dos Contratos de Repasse ficou sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF).

Nesse sentido, do montante de parcerias firmadas com este Ministério, **64** foram objeto de análise da regularidade da execução na SNELIS, conforme tabelas a seguir:

Repasse Parcial

Convênios	Total de parcerias avaliadas
PST Núcleos	10
Total Geral	10

Repasse Integral

Secretaria / Programa	Total de parcerias avaliadas
PST Núcleos	07
Rede Cedes	06
PELC	27
Pintando a Liberdade e Cidadania	12
PST Eventos e demais Ações	02
Total Geral	54

- **Das etapas da Força Tarefa:**

A fim de cumprir a demanda estabelecida no prazo informado pelo Decreto nº 7.592, a Força Tarefa foi dividida em 03 etapas de trabalho, conforme detalhamento a seguir:

1ª Etapa: estabelecida em 11/11/2011; principais encaminhamentos:

- Desenvolvimento do Formulário de Avaliação da Regularidade da Execução de todos os Convênios.
- Preenchimento do referido Formulário, da seguinte forma:
 - a) Convênios vigentes com repasse parcial, que a princípio não indicavam problemas: prazo até 11/11/2011.
 - b) Convênios vigentes com repasse parcial, que indicavam problemas: prazo até 18/11/2011 (prazo cumprido em 11/11/2011).
 - c) Convênios vigentes com repasse integral: prazo até 24/11/2011.
- Planejamento das avaliações *in loco*.
- Realização das avaliações *in loco* até 20/11/2011.

2ª Etapa: estabelecida em 17/11/2011; principais encaminhamentos:

- Elaboração e envio da planilha semanal de controle solicitada pela CGU/Casa Civil, com as informações sobre o andamento dos trabalhos e casos com restrições.
- Atualização da referida planilha, nos campos “motivo da restrição”, “data de notificação da entidade”, e inclusão do campo “vistorias realizadas”.
- Levantamento dos dados referentes à conclusão da 1ª Etapa dos trabalhos.
- Definição dos prazos para o início da elaboração dos pareceres a respeito da regularidade da execução dos convênios vigentes (após a conclusão das vistorias prevista para 20/11/2011).
- Definição dos prazos para finalização dos trabalhos com os convênios vigentes que receberam os recursos integralmente.
- Definição da data de 24/11/2011 para envio das planilhas atualizadas dos convênios com repasse parcial e 25/11/2011 para envio de todos os formulários dos convênios vigentes com repasse integral.

3ª Etapa: estabelecida em 22/11/2011; principais encaminhamentos:

- Realização do balanço das tarefas por área de atuação:

a) Data prevista para finalização do preenchimento do Formulário de Avaliação da Regularidade da Execução dos Convênios vigentes com repasse integral.

b) Realização de avaliação das vistorias, inclusive possíveis pendências decorrentes de impedimentos porventura encontrados.

c) Elaboração dos relatórios de vistoria, informando a quantidade e previsão para finalização.

- Apresentação dos modelos de parecer até 23/11/2011.

- Inserção e atualização dos dados no SINFOCC, incluindo a conferência dos dados pelas áreas responsáveis.

- Elaboração dos Pareceres Preliminares, informando o prazo de até 15 dias, após a emissão destes, para que as entidades regularizassem a execução dos convênios.

- Preenchimento das planilhas para a CGU/Casa Civil, segundo as orientações e datas de atualização.

- Avaliação geral dos trabalhos e padronização de ações pelos setores.

Diante do exposto, objetivando o envio dos resultados já alcançados na realização da Força Tarefa, em 29/11/2011 foram encaminhados os Avisos nºs 72 e 73/2011/GM-ME, à Casa Civil e CGU respectivamente, com o balanço das ações cumpridas. (Avisos nºs 72 e 73/2011/GM-ME – Anexos 24 e 25)

Com isso, em 29/11/2011 foi concluída a 1ª fase prevista no Decreto, que estabeleceu o período de 30 dias para a avaliação da regularidade dos convênios e notificação às entidades, dando novo prazo para a regularização. A conclusão final a respeito dos convênios deveria ser emitida após decorrido o prazo concedido às entidades.

O prazo final para atestar a regularidade ou não dos convênios avaliados ficou definido para 29/01/2012. Embora a decisão final já tenha ocorrido no exercício de 2012, considerando a importância do trabalho realizado e o impacto nos convênios vinculados à SNELIS, apresenta-se no Relatório de Gestão de 2011 a finalização do trabalho da Força Tarefa.

Dando continuidade à avaliação dos convênios, a área técnica passou a analisar as respostas das convenientes, os relatórios de vistoria e os relatórios de fiscalização da CGU.

- **Dos Pareceres:**

A partir do cumprimento das metas estabelecidas nas 03 etapas de trabalho, foram elaborados os Modelos de Pareceres para a etapa final da Força Tarefa, de acordo com o status dos convênios analisados, a saber:

I. Para os convênios com repasse parcial:

a) Atestar a regularidade do convênio, quando cumpridas as metas atendendo todas as exigências da norma;

b) Encaminhar o convênio para rescisão, quando identificadas irregularidades graves sem perspectivas de saneamento;

c) Instaurar Tomada de Contas Especial, quando identificadas irregularidades nos convênios.

II. Para os convênios com repasse integral: foram consideradas as mesmas possibilidades do item I, no entanto sem a necessidade de instauração imediata da TCE, nos casos identificados pela letra “c”; também houve necessidade de registro da situação de inadimplência no SICONV até que a entidade regularizasse a situação; não havendo a adequação no prazo estabelecido, haverá reavaliação da área para a instauração de TCE.

Assim, têm-se os 03 modelos conforme quadro abaixo:

Convênios regulares	Convênios com repasse parcial ou integral.
Convênios irregulares com repasse parcial	- Possibilidades de conclusão: a) Convênios regulares, com pendência de inserção dos documentos no SICONV; b) Convênios irregulares (área técnica e financeira); c) Convênios com análise técnica regular e financeira irregular; d) Convênios com análise técnica irregular e financeira regular; e) Convênios a serem rescindidos.
Convênios irregulares com repasse integral	- Possibilidades de conclusão: a) Convênios com análise técnica regular, mas com pendência de inserção dos documentos no SICONV; b) Convênios irregulares (área técnica e financeira); c) Convênios com análise técnica regular e financeira irregular; d) Convênios com análise técnica irregular e financeira regular.

(Modelo de Parecer para Convênios Regulares – Anexo 26)

(Modelo de Parecer para Convênios Irregulares com repasse Integral – Anexo 27)

(Modelos de Parecer para Convênios Irregulares com repasse Parcial – Anexos 28 e 29)

(Modelo de Parecer para Convênios Irregulares com Rescisão – Anexo 30)

Faz-se necessário informar que, para a elaboração dos pareceres finais foram considerados os pareceres preliminares elaborados na 3ª etapa dos trabalhos, os quais serviram como base na unificação de todas as informações referentes ao convênio, inclusive acerca dos dados incluídos no Formulário de Avaliação da Regularidade da Execução. Além disso, conforme já informado neste relatório, uma vez que a avaliação da regularidade dos convênios levou em conta as análises técnica e financeira, também foram consideradas as análises financeiras realizadas pela CGPCO.

Há de se destacar ainda, as Notas Técnicas nºs 116 e 134 encaminhadas pela CGU, datadas de 20/01/2012 e 23/01/2012 respectivamente, referentes aos Relatórios de Ações de Controle para fins de avaliação da regularidade da execução de transferências voluntárias, em razão do disposto no Decreto nº 7.952; as quais também foram consideradas quando da elaboração dos pareceres finais dos convênios nelas informados.

Cabe registrar que, embora não tenha sido possível à CGU acompanhar todas as vistorias realizadas pelo ME, foram feitos esforços para que estas fossem realizadas, e para que os relatórios fossem enviados ao ME em tempo exíguo, ainda que de forma preliminar.

- **Da conclusão dos trabalhos:**

Desde o início da Força Tarefa este Ministério se esforçou para cumprir as demandas nos prazos estabelecidos, e adotar as providências visando à regularização dos Convênios e Contratos de Repasse, em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.592/2011.

Assim, diversos servidores de todas as áreas diretamente relacionadas à celebração e acompanhamento das parcerias estiveram disponíveis, em várias horas extras de trabalho. Da mesma forma, não seria possível cumprir o estabelecido com essa qualidade, sem o auxílio recebido pela Assessoria de Controle Interno/ME, bem como da CGU, ambas sempre acessíveis, no intuito de orientar esta Secretaria no cumprimento da tarefa designada.

É relevante ressaltar, entretanto, que apesar de todas as conquistas obtidas na melhoria no controle da execução e demais resultados alcançados, ainda existe o incômodo com as difíceis

decisões tomadas, bem como com as dúvidas compartilhadas nesse período, as quais demonstram a exata dimensão da responsabilidade dos gestores públicos no futuro das parcerias firmadas. Como exemplos das dificuldades que obstaram em muitos momentos a realização das tarefas dadas as condições e prazos exíguos, podemos citar:

- Receio quanto ao excesso ou mínimo de rigorosidade utilizada durante o processo;
- Diversas interpretações das normas;
- Divergências entre as interpretações do Decreto e as orientações dos Órgãos de Controle;
- Desgaste interno decorrente das posições contrárias nas decisões tomadas; entre outros.

Porém, mesmo em meio às adversidades foram vários os pontos positivos na conclusão dos trabalhos, realizados com profissionalismo e competência, tais como:

- Novos padrões e entendimentos construídos, possibilitando o amadurecimento significativo do grupo e conseqüente interação entre as diversas áreas deste Ministério, inclusive áreas técnica e financeira, essenciais no controle da execução das parcerias;
- Verificação de maior unidade na condução dos trabalhos, estes guiados pelos mesmos princípios, de forma séria, transparente e confiável;
- Elaboração de Instrumento de Análise Padrão, validado em conjunto com a CGU;
- Avaliação processual de todos os Convênios;
- Avaliação da inserção dos dados da execução de todos os Convênios no SICONV;
- Realização de avaliação *in loco* nos diversos locais implantados;
- Solicitação à CGU da realização de fiscalização *in loco* dos convênios vigentes;
- Rescisão dos convênios irregulares, de forma a evitar malversação dos recursos públicos;
- Orientação aos parceiros, a fim de que o status de execução fosse regularizado com rapidez;
- Aumento da comunicação entre parceiros e servidores; etc.

A seguir estão detalhados os principais resultados obtidos após a conclusão da Força Tarefa, acerca do quantitativo de parcerias avaliadas e o status atual da execução.

I. Parcerias avaliadas com repasse parcial de recursos:

Convênios / Contratos de Repasse	Total de parcerias avaliadas	Regular	Irregular com indicação de rescisão e TCE	Irregular com indicação de TCE
PST Núcleos	10	03	06	01
Total Geral	10	03	06	01

II. Parcerias avaliadas com repasse integral de recursos:

Secretaria / Programa	Regular	Irregular	Irregular com indicação de rescisão e TCE	Irregular com indicação de TCE	Determinação do Ministro para aprofundar a avaliação com apoio da CGU
PST Núcleos	03	-	-	03	01
Rede Cedex	06	-	-	-	-
PELC	17	06	02	02	-
Pintando a Liberdade e Cidadania	04	-	02	05	01
PST Eventos e demais Ações	02	-	-	-	-
Total Geral	32	06	04	10	02

Por fim, as avaliações efetuadas e resultados alcançados estão de acordo com o estabelecido no referido Decreto, tendo sido devidamente encaminhados à Casa Civil e CGU, por meio dos Avisos nºs 003 e 004/2012/GM/ME, datados de 27/02/2012. . (Avisos nºs 003 e 004/2011/GM-ME – Anexos 31 e 32)

Cumprir informar ainda, que, todas as decisões tomadas foram encaminhadas pelo Ministério, tendo sido rescindidos todos os convênios com essa indicação e instauradas todas as tomadas de contas especiais, conforme planilha final encaminhada à CGU em 29/02/2012. (Planilha Final Força Tarefa – Anexo 33)

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Xxx
Data do Relatório de Auditoria	Xxx
Item do Relatório de Auditoria	Xxx
Comunicação Expedida/Data	Xxx
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Xxx
Descrição da Recomendação	Não remanesceram recomendações de anos anteriores, para atendimento no exercício de 2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Xxx	
Síntese das providências adotadas	
Xxx	
Síntese dos resultados obtidos	
Xxx	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Xxx	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de	Xxx

Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	Xxx
Comunicação Expedida	Xxx
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Xxx
Descrição da Recomendação	Não remanesceram recomendações de anos anteriores, para atendimento no exercício de 2011.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Xxx	
Justificativas para o não atendimento	
Xxx	

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 – Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Previsão da Receita e Execução da Despesa;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	29/3/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7


Jane Cristina de Farias
Técnico de Contabilidade
CRC/DF 010761/O-7
Departamento de Esporte

18. INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

Considerando a publicação do Decreto que redefiniu a estrutura organizacional do Ministério do Esporte e a fusão da SNEED com SNDEL constituindo a nova SNEELIS, há que se registrar o impacto que o processo de transição causou no desempenho da gestão.

Cabe salientar que esse período de transição levou a um redimensionamento dos objetivos estratégicos da unidade e à readequação da estrutura organizacional, bem como dos processos gerenciais. Tais medidas tinham como foco a conclusão de um ciclo de desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação do Programa Segundo Tempo, e de forma concomitante, a estrutura teve que absorver as novas demandas organizacionais, o que comprometeu as recentes mudanças realizadas anteriormente. Esse fato foi decisivo para causar dispersão e desorganização das atividades e prioridades da gestão.

Além das consequências advindas da transição para a nova estrutura, cabe registrar que o desenvolvimento do Plano Estratégico da antiga SNEED, assumido integralmente pela SNEELIS, ficou comprometido em decorrência da instabilidade causada pelas denúncias na mídia envolvendo diretamente o Programa Segundo Tempo. O esforço empreendido nos últimos anos para aprimorar a gestão do Programa foi colocado em xeque, e a repercussão das denúncias fez com que a avaliação sobre o Segundo Tempo fosse contaminada, como se as irregularidades cometidas por alguns, estivessem presentes em todas as parcerias. Esse movimento ganhou repercussão, motivado mais por questões político-partidárias do que propriamente pela comprovação das denúncias, a despeito de ter impactado significativamente a gestão do Programa.

Após alguns anos tentando dar respostas às fragilidades na gestão do Programa, o ano de 2010 havia apresentado resultados muito positivos, não apenas na avaliação da Secretaria, mas também reconhecidos pelos Órgãos de Controle, após análise do Relatório da Tomada de Contas Anual de 2010, conforme registrado no Relatório de Auditoria da CGU nº 201108586, onde restou uma única recomendação a ser implementada pela Secretaria. Recomendação voltada especificamente para viabilizar os recursos necessários ao aprimoramento do fluxo de informações, visando dar celeridade ao acompanhamento das transferências voluntárias realizadas no âmbito do Segundo Tempo.

Para a gestão do Programa, a avaliação das Contas de 2010 recebida em julho de 2011, fortaleceu a compreensão de que as medidas corretivas implementadas nos últimos anos começavam a dar resultados. Isso não significava que o trabalho estava concluído, pelo contrário, apenas indicava que o caminho escolhido estava correto, o que motivou a gestão a fortalecer o Plano Estratégico e a implantar as medidas complementares que estavam sendo gestadas.

No entanto, com a crescente repercussão das matérias negativas na mídia, o volume de demandas recebidas de Órgãos de Controle, tais como Câmaras Legislativas e Ministério Público, em todas as esferas do governo, referentes ao passivo dos convênios expirados, impediu que a SNEELIS desse prosseguimento ao Plano de Ação estabelecido, prejudicando a efetivação de outras mudanças previstas.

O impacto foi tão significativo, que as demandas externas, onde foram questionados muitos dos procedimentos adotados pela gestão do programa nos últimos anos, praticamente paralisaram a força de trabalho da Secretaria durante boa parte do ano. Outro fator importante foi a desmotivação das pessoas, que além do significativo aumento do volume de trabalho, sofreram com a

descontinuidade das ações positivas em curso e com as consequências das constantes alterações na estrutura da Secretaria, causadas pela reestruturação do Ministério e por mudanças na titularidade da pasta que também provocaram mudanças na gestão da secretaria por duas vezes no ano de 2011.

Ainda assim, foi possível avançar em muitos aspectos, conforme detalhado no decorrer do Relatório. Registre-se que o desenvolvimento do Plano se deu de forma continuada, no entanto, a responsabilidade de sua execução foi dividida entre a extinta Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED e a nova Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS.

Em relação aos resultados do Segundo Tempo, cabe registrar os números da chamada pública pela qual foi possível celebrar 117 parcerias com governos municipais e estaduais, prevendo o atendimento de 222.300 beneficiados, e a abertura de editais para formalização de parcerias visando à implantação e ampliação dos projetos especiais, tais como o PST Universitário e o PST adaptado para pessoas com deficiência, resultando na parceria com 35 universidades federais. Também foi aberto edital específico para o PST Navegar que oferece modalidades náuticas e permitirá o reaproveitamento dos equipamentos já disponibilizados pelo programa a governos estaduais e municipais por meio de 11 convênios.

Além dessas iniciativas, para o alcance dos resultados do Programa Segundo tempo em 2011 deve ser destacada a cooperação com o MEC que permitiu a ampliação da inserção do Segundo Tempo no Programa Mais Educação, integrando a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. Em 2011 o Programa foi inserido em 4.947 escolas públicas de 789 municípios do país, alcançando cerca de 1 milhão de alunos da educação básica. Para a Secretaria, a parceria com o MEC é a possibilidade mais concreta de democratização do acesso ao esporte.

Enfim, em 2011 o Programa Segundo Tempo (PST), fortaleceu a política de esporte educacional ampliando significativamente o número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social com acesso à prática esportiva no contra turno escolar. Os núcleos de esporte educacional implantados em todos os Estados da Federação, em mais de 1.500 municípios, se caracterizaram pela adequação da proposta pedagógica desenvolvida por profissionais e estudantes de educação física e esporte que recebem formação continuada em busca do compromisso com a inclusão e com a democratização do acesso ao esporte, contribuindo para o desenvolvimento integral dos beneficiados. Hoje são 14.449 núcleos que empregam 34.256 professores e monitores atendendo aproximadamente 2 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o país.

O Programa de Esporte e Lazer na Cidade, realizado em parcerias com estados e prefeituras e com a sociedade civil organizada, atende pessoas de todas as regiões do país, sendo também parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Ministério da Justiça, o PRONASCI, consolidando suas relações intersetoriais. De 2003 a 2011, mais de mil e quinhentos municípios implementaram o Programa que, além de garantir o acesso às atividades em si, permitiu a capacitação de 20 mil agentes sociais de esporte e de lazer para, a partir da experiência desenvolvida, darem continuidade à ação, fomentando o desenvolvimento de políticas locais de esporte e de lazer. Em parceria com as Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa foi instituída a Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer) que permitiu a ampliação das condições de avanço nas ciências e tecnologias, que qualificam as políticas públicas de esporte e lazer do Brasil e

contribuem com os intercâmbios internacionais, especialmente latino-americanos, que vêm sendo estabelecidos nestes últimos anos.

Quando ao Pintando a Liberdade foram gerados aproximadamente 6.000 postos de trabalho, nos dois programas que foram responsáveis pela fabricação dos 843.000 itens esportivos nas 38 unidades de produção distribuídas pelo país, e que foram distribuídos para 2.911 escolas e entidades de todo o território nacional.

Em síntese, o planejamento do exercício de 2011 foi pautado pela execução e fechamento do Plano Plurianual – PPA 2007-2011 e pela discussão e construção do novo Plano para o período 2012 – 2015. Em relação à gestão, no período em que desempenhou as novas atribuições no segundo semestre de 2011, conforme já apresentado, a SNELIS, teve muitas dificuldades, tais como: falta de interação entre os programas, servidores e respectivos processos; objetivos estratégicos não convergentes com a estrutura; estrutura organizacional centralizando área meio e fim; insuficiência de recursos humanos; desmotivação dos servidores oriundos de outras estruturas, entre outras.

Não ha dúvidas que a mudança estrutural ocorrida no Ministério do Esporte em 2012 teve grande impacto nas áreas finalísticas, particularmente na SNELIS que foi a Secretaria mais afetada. Ainda assim, foi possível dar continuidade às ações previstas para o Segundo Tempo, e apoiar a realização das ações do PELC e do Pintando que estavam em curso, de forma a não comprometer o desenvolvimento das políticas.

O desafio para 2012 está centrado na reestruturação organizacional com vistas a superar as fragilidades da gestão para que se possa dar escala, e de forma qualitativa, às Políticas de Esporte, Educação, Lazer e inclusão Social.